

# OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO V

N.º 18

ABRIL - 1942

# Companhia do Papel do Prado

CAPITAL ACCÇÕES — 7.000.000\$00 — SEDE EM LISBOA

Especialidade em papeis para escrever, correspondência e livros comerciais. Impressão, manilhas, etc. Papeis de côres para capas e para embrulho **Kraft** e ordinários. Papeis afixes em côr e riscados. Cartolinas. Cartões finos. Cartão-palha. Almagos. Leornes, etc.

Proprietária das Fábricas do PRADO, MARIANAIA,  
SOBREIRINHO (TOMAR), PENEDO, CASAL  
D'ERMIO (LOUZÃ) E VALE MAIOR  
(ALBERGARIA-A-VELHA)

*Instalação para uma produção anual de*

**oito milhões de quilos**

*de papel dispendo dos maquinismos mais aperfeiçoados  
para a indústria*



ESCRITÓRIOS E DEPÓSITOS:

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278

*Lisboa*

Rua Passos Manuel, 49 a 51

*Porto*

Endereços Telegráficos: { LISBOA: PAPELPRADO - LISBOA  
PORTO: PAPELPRADO - PORTO

**Telefones** — LISBOA: Direcção 2 3623 — Escritório 2 2331

Armazém 2 2332 — Estado 188 — PORTO: 117

**Correio**: Apartado Caixa n.º 19

OLISIPO é impresso em papel da «Companhia do Papel do Prado»

# O L I S I P O

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

*Em virtude de já se não poder obter papel igual àquele que tem sido empregado neste boletim, vemo-nos forçados a substituí-lo pelo que se utilizará neste número, no qual se procura, pelo texto, melhorar noutro sentido a publicação.*

A DIRECÇÃO

■ AGUARELAS DE LISBOA (Conclusão)

POR José Dias Sanches

*Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores*

ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS



# OLISIPPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LIBANIO DA SILVA — TRAVESSA DO PALA-SÓ, 24. TELEF. 2 2504 — LISBOA

## SUMÁRIO

■ A PONTE DE ALCANTARA

PELO ENG. A. *Vieira da Silva*

■ O PANTEON DOS CONDES DE LINHARES EM S. BENTO DE XABREGAS

POR J. M. *Cordeiro de Sousa*

■ ARQUIVO GERAL DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

POR D. *Fernando Paes de Almeida e Silva*

■ VELHAS CASAS DE LISBOA (Continuação)

PELO Dr. *Frederico Gavaçço Perry Vidal*

■ AGUARELAS DE LISBOA (Conclusão)

POR José *Dias Sanches*

---

*Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores*

ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS







*Pedro Bordalo Pinheiro*

Sócio fundador do Grupo, presidente da sua  
Comissão de Contas e dedicadíssimo «Amigo de  
Lisboa», falecido em 6 de Fevereiro passado.

---

# A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças

NOTÍCIA HISTÓRICA <sup>(1)</sup>

PELO ENG. A. VIEIRA DA SILVA

A PONTE

**O**BSERVANDO um mapa da cidade de Lisboa vê-se que ela é cortada por um extenso vale na direcção noroeste-sudeste, e depois norte-sul, pelo qual corre a ribeira ou rio de Alcântara, que tendo origem nas alturas da Falagueira e da Porcalhota, percorre até ao Tejo, onde desagua, uma extensão total de cêrca de 10 quilómetros.

Perto da sua foz separa os montes das Necessidades, dos Prazeres e de Campolide, dos contrafortes orientais da serra de Monsanto, tendo aí as suas margens bastante ásperas.

Êste rio, na parte extrema do seu percurso, é o último vestígio de um braço ou esteiro do Tejo, que nos tempos pré-históricos aí devia ter existido, mas que, com o decorrer dos séculos, se foi assoriando e alteando, formando um vale com largura variável, que no sítio da Ponte Nova, a cêrca de 2150 metros da muralha do cais em Alcântara, atinge

---

(1) Êste estudo vai acompanhade com 6 fotogravuras de vistas da ponte, do seu local, e de acessórios, que, por simplicidade, designaremos por gravuras; e bem assim com 5 plantas do local, cronològicamente dispostas, a que chamaremos mapas.

hoje a cota de 15 metros acima do nível médio das águas do Oceano, ou seja com um declive médio de  $\frac{7}{1000}$ .

Convém desde já dizer onde ficava a ponte de Alcântara, desaparecida há cerca de 55 anos, para compreensão das referências que temos a fazer neste estudo (veja-se a gravura 1).

O seu local era na junção das actuais ruas de Alcântara e do Prior do Crato, D. António, na direcção dos carris da viação eléctrica, e perpendicularmente à linha férrea que vai da estação de Alcântara-terra para a de Alcântara-mar pelo leito da rua de João de Oliveira Miguens. As cancelas da passagem de nível do caminho de ferro marcam aproximadamente o vão do arco central da ponte, e a linha da frontaria do mercado de Alcântara e os topos fronteiros dos muros divisórios do terreno do leito da via férrea marcam a largura da ponte.

Para montante do sítio onde existiu a ponte formava o esteiro um alargamento com o feitio de um quarto crescente em planta, e as águas do Tejo deviam ter inundado o vale de Alcântara até aproximadamente o sítio da Ponte Nova, o do mercado, tóda a baixa da Triste Feia e o comêço ocidental da rua do Prior do Crato, D. António.

Com o andar do tempo os assoriamentos e aterros criaram aí uma planície relativamente vasta, desviando pouco a pouco para o lado da margem côncava ou oriental a linha do côrrego do vale, e reduzindo sucessivamente a largura da ribeira.

Para o lado sul do local da ponte e das suas rampas de acesso era tudo mar, que formava uma grande enseada, definida ao poente pelas actuais ruas 1.º de Maio e de Alcântara, e ao nascente pela rua do Prior do Crato e travessa da Trabuqueta.

Dêste lado também nos sopês dos montes que formavam as margens, se foram, com o tempo, depositando terras e entulhos, formando pequenas praias que lentamente se alastraram, conquistando espaço ao Tejo, e, ou a meia encosta, ou ao longo dessas praias, delinearão-se os caminhos marginais para rápida comunicação da nascente povoação que havia de ser mais tarde a cidade de Lisboa, com os lugares ribeirinhos que lhe ficavam para ocidente.

Tal foi, na margem direita do esteiro, a origem das mencionadas ruas 1.º de Maio e de Alcântara, e na margem esquerda a da rua Gilberto Rôla e travessa da Trabuqueta, e de outra rua desaparecida, que no século XVIII foi novamente rasgada, como veremos, com o nome de rua Direita do Livramento, actual rua do Prior do Crato, D. António.



1 - SÍTIO DA PONTE DE ALCANTARA (1941)

A ponte tinha a direcção dos carris da linha dos carros eléctricos, e o seu arco, normal aquela linha, fica por baixo da segunda carroça que se vê na gravura

*Foto Ed. Portugal*

Tornou-se então complemento indispensável, desde que por aí se fixaram tribus ou povos com um certo gráo de cultura, construir uma ponte que ligasse uma à outra margem do esteiro ou ribeira, no sítio da sua foz, onde os montes fronteiros menos se distanciam, e onde os ater-

ros numa e noutra margem se haviam já alastrado e aproximado, por assorimentos naturais, ou por aterros feitos propositadamente.

Desde tempos imemoriais deve ter existido ali uma ponte, naturalmente de madeira primitivamente; mas com tantas pedreiras calcáreas nas vizinhanças da ponte (1), é mais que provável que êste material cedo atraísse a atenção dos construtores, e que a ponte, desde remotos tempos, fôsse construída de cantaria.

¿Seriam acaso os romanos, quando dominaram na península, os primeiros povos que se lembrariam de fazê-la de pedra, sólida e macissa, como era seu costume (2)?

O que é certo é que ela existia já durante a dominação muçulmana em Lisboa, pois que a palavra Alcântara significa, em árabe, *a ponte*, o que mostra que esta obra deu o nome ao local.

Admitindo que a ponte, desde muitos séculos, era construída de cantaria, ¿quantos vãos de arcos teria?

Convém recordar que uma ponte de pedra é uma obra de duração intrínseca eterna, e que não se está a demolir e reconstruir por capricho de tempos a tempos, mas só por motivos imperiosos.

Devemos por isso presumir que a ponte, desde que foi construída de cantaria, se conservou com a mesma estrutura durante séculos, até ao momento em que o aumento do povoado e da circulação obrigou à sua remodelação, no meado do século XVIII, como veremos.

Não existem plantas nem desenhos da ponte primitiva, e é dos fins do século XVI, com probabilidade, o mais antigo documento gráfico em que ela figura (gravura 2) (3).

(1) Acha-se à vista uma pedreira, que parece ter sido explorada, a norte da travessa do Livramento, e a cerca de 90 metros do local da ponte.

(2) Não é provável que a ponte ainda fôsse de madeira no tempo de D. João I, como supõe A. Herculano. *O Monge de Cister*, ed. de 1848, t. 1, pág. 46.

(3) *Portrait du site et ordre de La bataille donnée entre le sr. don Antonio nommé roy de portugal et Le duc dalba Lieutenant et capp.º general du Roy cath. Dom philippe 2 deuant Lisbonne par mer et par terre en un mèsme jour Le 25 daoust 1580*. No gabinete da direcção da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Esse desenho é o que representa a batalha travada em 1580 nas vizinhanças da ponte de Alcântara, entre as tropas do pretendente D. António e as do Duque de Alba. Vê-se aí a ponte representada de cantaria com o tabuleiro horizontal, e com três arcos de volta inteira; ao meio está levantada uma barricada.



2 — PONTE DE ALCANTARA

*Do desenho:* Portrait du site et ordre de La bataille donnée entre le sr. don Antonio nommé roy de portugal et Le duc dalba Lieutenant et capp.<sup>me</sup> general du Roy cath. Dom philippe 2 deuant Lisbonne par mer et par terre en un mesme jour le 25 daoust 1580

Foto Ed. Portugal

Na planta datada de 1727 (mapa II) <sup>(1)</sup>, que serviu de base a Carlos Mardel para o estudo da regularização e aproveitamento da margem

<sup>(1)</sup> *Planta Topographica da marinha das cidades de Lisboa Occidental, e Oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno de 1727.* — O original estava em 1914 na Associação dos Condutores de Obras Públicas, e conservava-se uma cópia na repartição de Obras Públicas do extinto Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

do Tejo ao longo da cidade, a ponte parece mostrar a existência de dois arcos. Nessa planta o comprimento da ponte, medido nas guardas, é de 90 metros, aproximadamente, e a largura 5<sup>m</sup>,2. A grande extensão das guardas mostra que os terrenos marginais eram ainda bastante baixos, e por conseguinte pouco consistentes, e porventura alagadiços.

Num *Plan du Port de Lisbonne et des Costes Voisines* (1), gravado em 1756, a ponte mostra nitidamente três arcos. Não a julgamos, porém, de confiança.

No arquivo do extinto Ministério das Obras Públicas existiam os desenhos de um projecto de regularização da ribeira e alargamento da ponte, em que esta e as suas circunvizinhanças estavam representadas (mapa III) (2). A planta destes projectos deve ser do 3.º quartel do século XVIII (1759 a 1769, em que o 1.º ministro de D. José era conde de Oeiras), e mostra um arco grande, e um mais pequeno perto do extremo ocidental da ponte.

Parece dever inferir-se que no 3.º quartel do século XVIII a ponte só conservava dois arcos dos três mencionados, ou que então possuía os três, mas estando o oriental já tapado ou inutilizado.

Nos desenhos mencionados (mapa III) a ponte mede 90 metros de comprimento das guardas, e 6<sup>m</sup>,2 de largura, o que concorda sensivelmente com a planta de 1727 (mapa II).

No meado do século XVIII, a meio do comprimento da ponte existiam como que dois refúgios fronteiros, semi-circulares, vindos das fundações, contíguos e do lado oriental do vão do arco maior ou central (mapa III).

Sobre o do lado norte, que devia ter servido de talha-mar para a

---

(1) Por M. Bellin, Ing.º de la Marine. Superiormente à planta topográfica a que se refere o título, acha-se uma vista perspectiva de Lisboa anterior ao terremoto de 1755, na qual está representada a ponte.

(2) Uma destas plantas não tinha título, data ou assinatura. O título da outra era: *Planta Ichonographica que comprehende huma parte do Citio de Alcantara, e mostra a nova Ponte que se faz, e a direcção da nova Rua que da Ponte se encaminha à Praça das Armas*. Também não era datada nem assinada. Devem ter sido consumidas por ocasião do incêndio da ala oriental da Praça do Comércio, no dia 4 de maio de 1919, mas possuímos uma cópia em tela que dela havíamos felizmente feito.

corrente da ribeira, erigiu-se em 1743 uma estátua colossal de S. João Nepomuceno, obra do escultor italiano António de Pádua (gravura 3).

As dimensões desta obra monumental, que se conserva, são:

Plinto: 1<sup>m</sup>,17 × 1<sup>m</sup>,5 de frente, e 2<sup>m</sup>,65 de altura; estátua com a sua base: 3<sup>m</sup>,35 de altura; altura total: 6<sup>m</sup>,0.

No plinto está esculpida, numa espécie de escudete ou sanefa talhada na cantaria, a inscrição seguinte:

S. JÓANNI  
NEPOMUCENO  
NOVO ORBIS THAUMATURGO  
TERRÆ AQUI IGNIS AERIQUE  
IMPERANTI  
ATQUE CUM ALIAS  
TUM PRÆSERTIUM IN ITINERE  
MARITIMO  
LUCULENTO SOSPITATORI SUO  
GRATI ANIMI ERGO  
HANC STATUAM  
POSUIT  
CLIENS DEUOTISS.  
AN: REPARAT: SALUT:  
M: DCC: XLIII.

e num friso, por baixo da sanefa:

JOÃO AN.<sup>TO</sup> D. PADOA A FES (4)

(4) A tradução é a seguinte: *A S. João Nepomuceno, novo taumaturgo do mundo,*



3— Estátua de S. João Nepomuceno  
Escultura de João António de Pádua (1743),  
que estava na guarda norte da ponte e  
actualmente em depósito no Museu Ar-  
queológico do Carmo. Foto. Ed. Portugal

Inserindo-se no talha-mar sôbre que se erigiu a estátua, mostra o desenho (mapa III) um muro obliquando para nascente, destinado a encaminhar para o vão do arco maior da ponte as águas da ribeira, que desciam então ao longo do lado côncavo da margem esquerda, deixando assim sem utilidade o arco oriental, que por isso tinha já sido tapado ou inutilizado, como dissemos.

Segundo o projecto que consta dos mencionados desenhos do 3.º quartel do século XVIII (mapa III), foi a ponte modificada no reinado de D. José, alargando-se para o lado do norte, a-fim-de passar a ter 13<sup>m</sup>,5 de largura, que se manteve até o seu desaparecimento. As guardas da ponte conservaram então sensivelmente o comprimento que tinham; mantiveram-se, prolongando-se, o arco maior ou central e o ocidental, para acompanharem o alargamento da ponte, e não se construiu o oriental, se acaso ainda existia; o tabuleiro da ponte ficou em rampa no lado ocidental (gravura 6).

No sítio correspondente ao da primitiva colocação da estátua de S. João Nepomuceno, isto é, a nascente e contíguo ao vão do arco maior conservado e prolongado, construiu-se, na ponte modificada, um macisso de fundação idêntico, para novo assentamento da estátua, adjacente à guarda da ponte do lado norte, à face interna da qual se colocou um gradeamento, que consta que era de bronze (gravuras 5 e 6). O refúgio fronteiro, da guarda sul, que não foi modificada, ainda se conservava em 1826, com um candieiro de cegonha (gravura 5), mais tarde substituído, quando se fez a instalação da iluminação a gaz, por um de coluna (gravura 6).

O muro destinado a encaminhar as águas de montante foi também reconstruído, inserindo-se, como o antigo, no macisso do novo talha-mar, mas agora com uma direcção sensivelmente perpendicular à ponte (mapas III e IV).

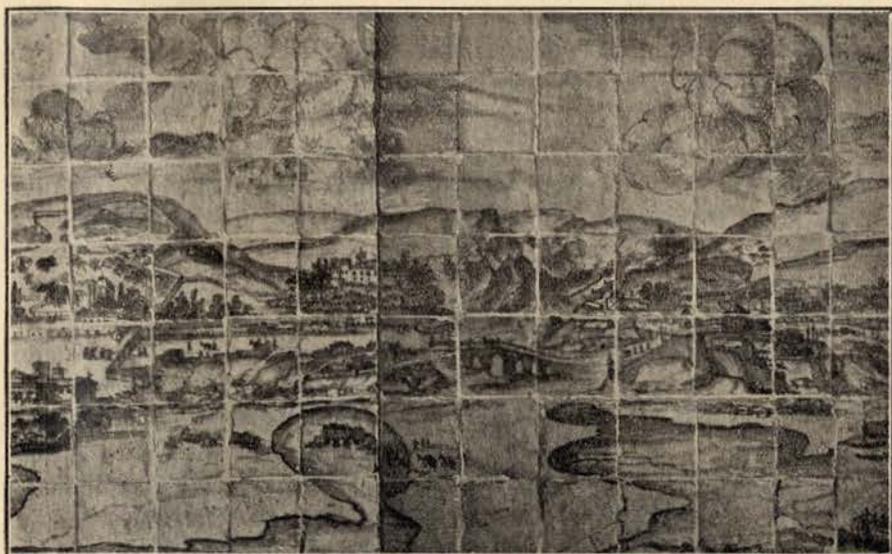
Também nessa ocasião se construiu um outro talha-mar entre os

---

*dominador da terra, do fogo, da água e do ar, e sobretudo aplacador dos mares, um seu devoto, reconhecido para com o seu protector, ergueu esta estátua no ano de 1743 depois de salvo. — A Illustração Portugueza, 2.º anno, n.º 1, 20 de julho de 1885.*

vãos dos dois arcos que se conservaram, e mais obras se fizeram nas margens, para montante e juzante da ponte, de que trataremos adiante.

Quando, nos princípios (?) do século XIX, foram decretados os limites fiscaes de Lisboa, as portas ou barreiras da cidade, que eram no sítio da actual praça da Armada, foram transferidas para o comêço oriental da ponte de Alcântara, collocando-se aí uns portões de ferro



4 — A POTE DE ALCANTARA no silhar de azulejos do Museu das Janelas Verdes  
(2.º quartel do século XVIII)

À esquerda, no 1.º plano, vê-se o convento do Calvário e a sua cêrca, e no 2.º plano o palácio real e a quinta do Calvário. Ao centro, acima da ponte representada com 6 arcos, vê-se o palácio do Fiuza. À direita está a igreja e convento do Sacramento

*Foto de N. Catarino Cardoso*

ladeados, nos passeios, que talvez fôsem construídos por essa ocasião, por cancelas ou portas também de ferro.

Em 1852 foram decretados novos limites fiscaes para a cidade de Lisboa, os quais tinham comêço na ponte de Alcântara.

Construiu-se então uma estrada de circunvalação que se entron-

cava na ponte, contígua e ao nascente da estátua de S. João Nepomuceno (mapa V e gravura 6). Teve para isso que demolir-se a guarda norte da ponte, entre a estátua e as portas da barreira, para a estrada nova ficar extra-muros da cidade.

O pôsto fiscal foi construído do lado sul da ponte, e, simètricamente a êle, da banda do norte, ficava situada intra-muros a casa da guarda, à qual se seguia a casa da apalpadeira. O pôsto de despacho era no sítio do actual largo de Alcântara, no lado ocidental da ponte.

Os portões da barreira da cidade conservaram-se até à entrada em vigor da nova linha de circunvalação de Lisboa, decretada em 1885 e 1886, talvez até 1903, ano em que deixou de se exercer ali a fiscalização aduaneira.

A guarda norte da ponte, já reduzida no seu comprimento a 33<sup>m</sup>,7, foi demolida por 1886 ou 1887, para a construção da estação de Alcântara da linha férrea de Lisboa a Sintra e Tôrres Vedras, e ramal da Merceãna.

Por essa ocasião apeou-se a estátua de S. João Nepomuceno, que em 1889 foi mandada depositar pela Câmara Municipal no Museu Arqueológico do Carmo (<sup>1</sup>), onde se encontra na ala do cruzeiro, do lado da Epístola.

A guarda sul, também já reduzida a 48<sup>m</sup>,7 de comprimento, desapareceu em 1888, quando se cobriu o caneiro de Alcântara para assentamento da via férrea que ligava a linha de Alcântara-terra a Campolide com a de Alcântara-mar a Cascais.

O arco maior da ponte, único que se conservava, corresponde ao eixo da via férrea, e as cancelas da passagem de nível definem aproximadamente o local dos encontros do arco que ali existe soterrado.

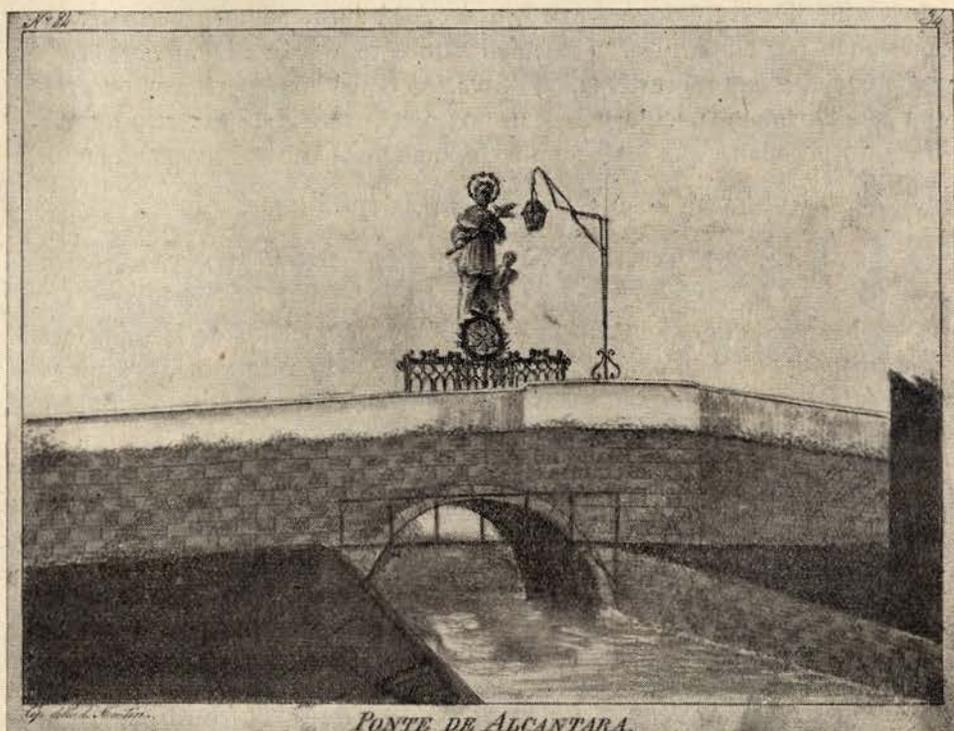
Com os elementos de que dispomos, devemos presumir que a ponte era construída de cantaria, e teve de origem três vãos de arcos, sendo o central de volta inteira; que o oriental, por desnecessário, foi entaipado talvez no século XVIII; e que o oriental foi vedado nos meados do século XIX.

---

(<sup>1</sup>) Tinha o n.º 3828 no *Catálogo do Museu da Real Associação dos Architectos Cívicos e Archeologos Portuguezes*, de 1891.

As pontes com arcos muito numerosos, desenhadas nalgumas vistas panorâmicas de Lisboa, são certamente fantasiadas.

Está neste caso a vista em azulejos que se conserva no Museu de Arte Antiga (gravura 4), que, segundo as nossas conjecturas, é do 2.º quartel do século XVIII (1), onde se mostra a ponte com o tabuleiro com



5 — PONTE DE ALCANTARA — 1826

Desenho aguarelado n.º 31 de Luiz Gonzaga Pereira. De um album com desenhos d'êste autor, alguns datados de 1826

duas rampas acentuadas, e com seis arcos, sendo um grande, ao meio, de volta inteira, e dois do lado poente e três do nascente.

(1) Foi reproduzida e descrita por nós in: *Armas e Troféus*, Revista de História e de Arte, vol. I, fascículo IV, Lisboa, 1933, pág. 80.

Numa planta inédita que possuímos (mapa I), abrangendo desde o sítio da Pampulha até ao do Calvário, e que presumivelmente é dos princípios do século XVII, acha-se a ponte representada com dez arcos.

Com a demolição da guarda sul da ponte desapareceram os últimos vestígios da sua existência, e quem atravessa hoje da rua do Prior do Crato, D. António, para a rua de Alcântara, nem suspeita que vai passando por cima do arco de uma ponte que teve alguns séculos de existência, e que foi testemunha de vários episódios guerreiros ocorridos na sua vizinhança, cuja narração nos dispensamos de fazer, porque sai fora do propósito que temos em vista, e se pode ver nos livros da história pátria.

#### AS CIRCUNVIZINHANÇAS DA PONTE PARA MONTANTE

Na planta inédita que possuímos, a que acabamos de fazer referência (mapa I), e que é a mais antiga que conhecemos do local, presumindo que seja dos princípios do século XVII, a ribeira de Alcântara apresenta, a montante da ponte, dois braços ou ramais, cada um dêles no sopé das encostas dos montes que nesse sítio ladeiam o vale por onde ela corre.

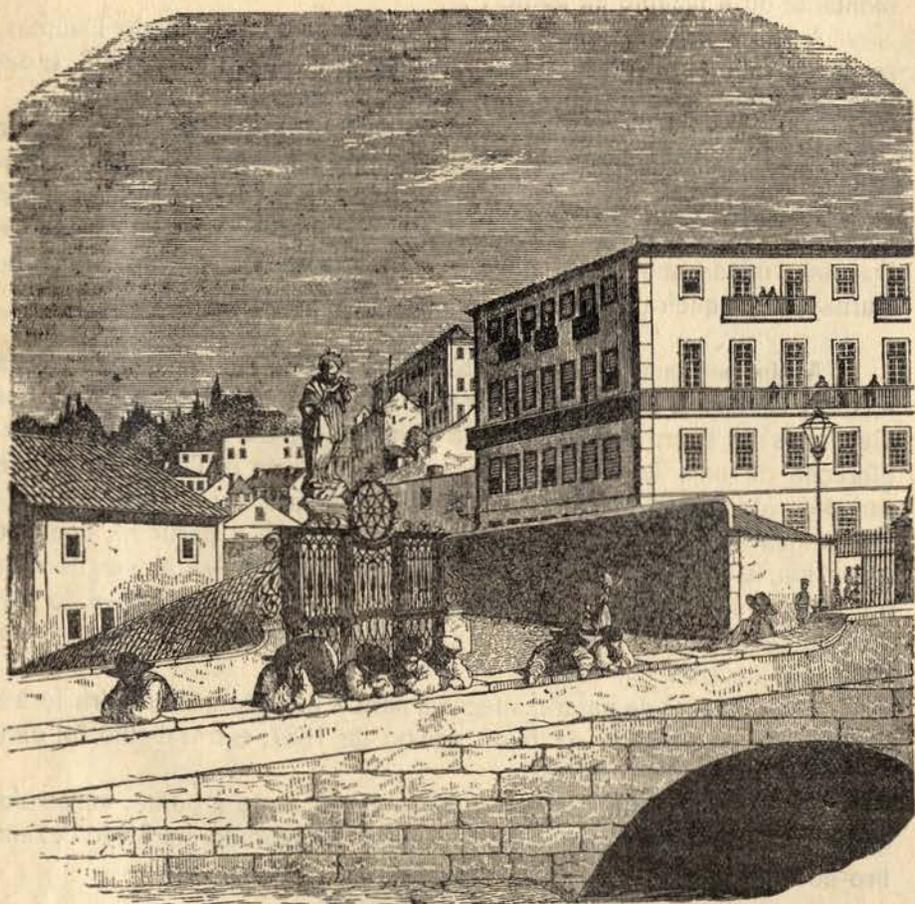
Êsses braços juntam-se ao passarem por baixo da ponte, e ao saírem desta novamente se separam em outros dois ramais que vão desaguar no Tejo.

Para o norte da ponte, a ilha que ficava no intervalo dos dois ramais mostra-se tôda talhada em pequenas leiras ou courelas.

No meado do século XVIII, por ocasião dos trabalhos de alargamento da ponte, de que já tratámos, o curso da ribeira foi regularizado, construindo-se-lhe, para montante, dois muros de caes, e aterrando-se o braço oriental. Êsses muros, com a extensão total de cêrca de 235 metros, não ficaram perfeitamente paralelos, pois que convergiam um pouco para o norte. O ocidental tinha tres escadas de embarque, que se vêem na planta de Lisboa levantada em 1807 (mapa IV).

Por 1845 construiu-se a estrada de circunvalação fiscal (mapa V, a vermelho), que se inseria e começava na ponte de Alcântara, como dissemos. Esta estrada tinha af 10 metros de largura, e seguia a meia

encosta, do lado oriental da ribeira, aproximadamente o traçado dum antigo caminho que ia da baixa da Triste Feia para a Horta Navia,



6 — PONTE DE ALCANTARA EM 1862

Gravura do «*Archivo Pittoresco*», vol. V, 1862, pág. 177

Vê-se a estátua de S. João Nepomuceno com o seu gradeamento, e á direita o começo da estrada e do muro de circunvalação construídos em 1846

caminho de que ainda se conserva parte com o nome de travessa da Horta Navia. Esta horta, com seu pomar, deve ser anterior aos princípios

da nacionalidade, ou pelo menos aos reinados de D. Afonso II ou III; à mesma pertenciam umas salinas, certamente na ribeira de Alcântara, a montante ou a juzante da ponte (1).

A horta era, no século XIX, propriedade do conde de Daupias, tendo passado para a firma Henry Burnay & C.<sup>a</sup> em 1905 e 1906, e depois, em 1925, para o Banco Burnay.

A água da nascente existente na horta acha-se canalizada, talvez desde os meados do século XIX, por tubos de ferro fundido com 20 centímetros de diâmetro, que passam pela antiga ponte de Alcântara, seguem a rua das Fontainhas, até aos terrenos que pertenceram ao conde de Daupias, dando um ramal para a propriedade que foi do conde de Burnay, à Junqueira.

Assim permaneceu o local até ao ano 1885, em que, sendo feita a Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, e depois transferida para a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, a concessão para a construção e exploração de uma linha férrea de Lisboa a Sintra e Tôrres Vedras, e ramal da Merceãna, partindo do vale de Alcântara, foi coberta a ribeira com abóbada, na extensão de cerca de 250 metros a partir da ponte, e sobre ela, e sobre os terrenos contíguos, assentaram-se as vias férreas e construiu-se a estação terminal da linha, e as mais instalações do serviço do caminho de ferro (mapa V), que foi aberto à exploração no dia 2 de abril de 1887 (2).

As condições de natureza técnica para a cobertura da ribeira foram aprovadas por portaria de 5 de agosto de 1884, e o trabalho foi executado nos anos 1885 a 1887.

Do lado ocidental do recinto ferro-viário, junto à ponte, construiu-se em 1905 o novo mercado de Alcântara, inaugurado em 31 de dezembro do mesmo ano.

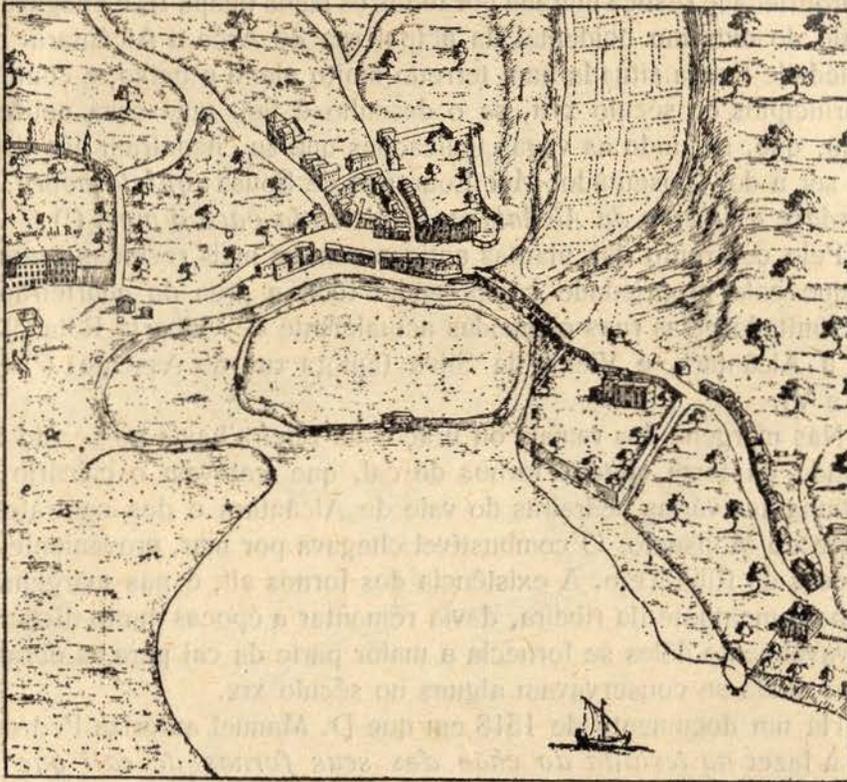
---

(1) *Memorias para a Historia das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*, por João Pedro Ribeiro, Lisboa, 1815, documento n.º II, pág. 13.

(2) Portaria de 8 de março de 1887.

## AS CIRCUNVIZINHANÇAS DA PONTE PARA JUZANTE

Para juzante do local da ponte vêem-se, na mencionada planta dos princípios do século xvii (mapa I), as duas margens da ribeira alargarem-se formando uma oval quasi perfeita, e entre elas uma caldeira fechada



MAPA I (princípios do século xvii)

Extracto de um desenho inédito, pertencente ao autor, sem título, assinatura, nem data, que presumimos ser dos fins do século xvi, ou mais provavelmente dos primeiros anos do século xvii

com valados ou motas de terra. Essa caldeira era um reservatório de água para um moinho *salgado*, ou *de marés*, certamente de rodízios, com 6 pedras, cujo edificio se vê no lado sul da mota da caldeira.

A ribeira, ao sair da ponte, bifurcava-se, como dissemos, seguindo

o seu ramal ocidental entre a mota da caldeira e a pequena praia ou caminho situado ao longo do leito da actual rua das Fontainhas, até ao largo da mesma denominação; aí fazia uma curva em semi-círculo voltando para nascente, seguindo o traçado do leito da actual rua Fradesso da Silveira (mapas III e IV), até desaguar no Tejo.

O ramal oriental, mais curto, seguia entre a mota da caldeira e uma propriedade rústica murada por todos os lados (mapa I), e chegava até ao sítio do extremo ocidental da actual rua do Arco a Alcântara. Esta propriedade ficava situada num terreno muito plano e baixo, e continha, nos princípios do século XVII, se o desenho é fiel, uma casa nobre ou palácio, que, segundo as vagas indicações que se encontram nos livros, devia ser a do Aposentador-Mor Lourenço de Sousa: *quinta nobre que fica sobre a ribeira de Alcântara, da estrada para o mar.* (1)

Pelo confronto das plantas antigas com as mais recentes presumimos que esta propriedade compreendia toda a área do quarteirão de casas limitado pelas ruas chamadas actualmente de Gilberto Rola (2), do Arco a Alcântara, e Vieira da Silva (antiga rua do Assento) (3) (mapas I a V).

Nas margens dos ramais ou braços da ribeira havia no século XVII, da banda da terra, alguns fornos de cal, que tratavam o calcário que lhes vinha das várias pedreiras do vale de Alcântara e dos contrafortes da serra do Monsanto. O combustível chegava por mar, proveniente das charnecas do Riba-Tejo. A existência dos fornos ali, e nas margens do Tejo para montante da ribeira, devia remontar a épocas muito distantes, e provavelmente dêles se fornecia a maior parte da cal para as obras da cidade; ainda se conservavam alguns no século XIX.

Há um documento de 1518 em que D. Manuel autoriza Pedro Vicente a fazer *na testada do chão dos seus fornos de call que tem juntos a par da ponte dalcantara desta cidade um caes para de-*

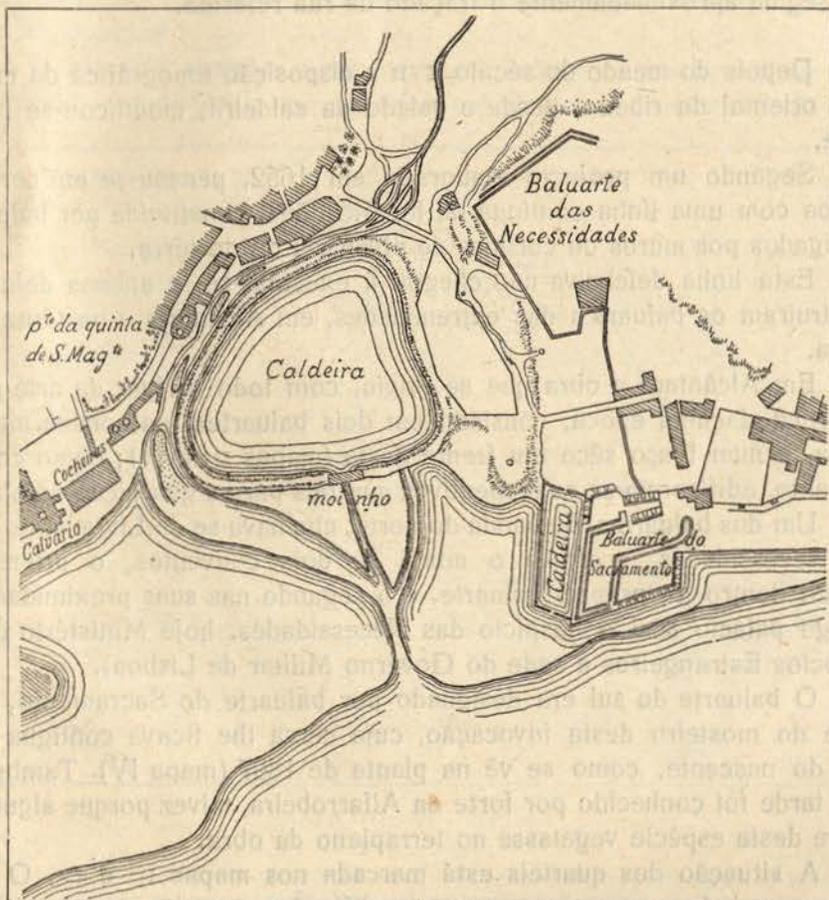
---

(1) V. citação in: *Alcântara*, por João Paulo Freire, Coimbra, pág. 29.

(2) Primeiro, rua Velha; depois rua Correia Guedes (sessão camarária de 8 de dezembro de 1893 e edital de 18 do mesmo mês); e por fim rua Gilberto Rola (sessão de 27 de outubro de 1910 e edital de 18 de novembro).

(3) Mudada a designação por deliberação camarária de 11 de dezembro de 1884, e edital de 12 do mesmo mês.

sembarcadero do tojo e pera q̃lquer outra seruidam dos ditos fornos. <sup>(1)</sup> Ignoramos qual o local dêstes fornos e caes, mas presumimos que seria na margem do ramal ocidental da ribeira.



MAPA II (planta de 1727)

Escala 1/7500

Extracto da: Planta topographica da marinha das cidades de Lisboa occidental, e oriental, desde o Forte de S. Joseph de Ribamar té o Convento do Grilo, feita no anno de 1727

<sup>(1)</sup> *Extremadura*, liv. XIII, fl. 167 v; data, 12 de junho de 1518. Informação do Dr. Jordão de Freitas.

No lado oriental da ponte existia um pequeno largo produzido por atêrros, hoje incorporado, sem designação especial, na rua do Prior do Crato, D. António, no qual começava a estrada directa para a cidade, que seguia aproximadamente o traçado da rua referida.

Depois do meado do século xvii a disposição topográfica da margem oriental da ribeira, desde o valado da caldeira, modificou-se bastante.

Segundo um projecto elaborado em 1652, pensou-se em cercar Lisboa com uma linha contínua de fortificações, constituída por baluartes ligados por muros ou cortinas de alvenaria ou de terra.

Esta linha defensiva não chegou a executar-se, e apenas dela se construíram os baluartes das extremidades, em Alcântara e na Cruz da Pedra.

Em Alcântara a obra que se erigiu, com todo o rigor da arte poliocértica daquela época, consistiu em dois baluartes, na cortina intermédia, e num fôssco sêco em frente desta (mapas III e IV); como complemento, edificaram-se os respectivos quartéis para a guarnição da obra.

Um dos baluartes, da banda do norte, chamava-se do Livramento ou das Necessidades, e tirava o nome de dois conventos, o primeiro situado dentro do próprio baluarte, e o segundo nas suas proximidades (antigo palácio real e hospício das Necessidades, hoje Ministério dos Negócios Estrangeiros e sede do Govêrno Militar de Lisboa).

O baluarte do sul era designado por baluarte do Sacramento, do nome do mosteiro desta invocação, cuja cêrca lhe ficava contígua do lado do nascente, como se vê na planta de 1807 (mapa IV). Também mais tarde foi conhecido por forte da Alfarrobeira, talvez porque alguma árvore desta espécie vegetasse no terraplano da obra.

A situação dos quartéis está marcada nos mapas III e IV. O do norte, que ainda se conserva, muito modificado, servindo de moradia a praças da Guarda Nacional Republicana, ficava em frente, mas em plano inferior, do palácio das Necessidades.

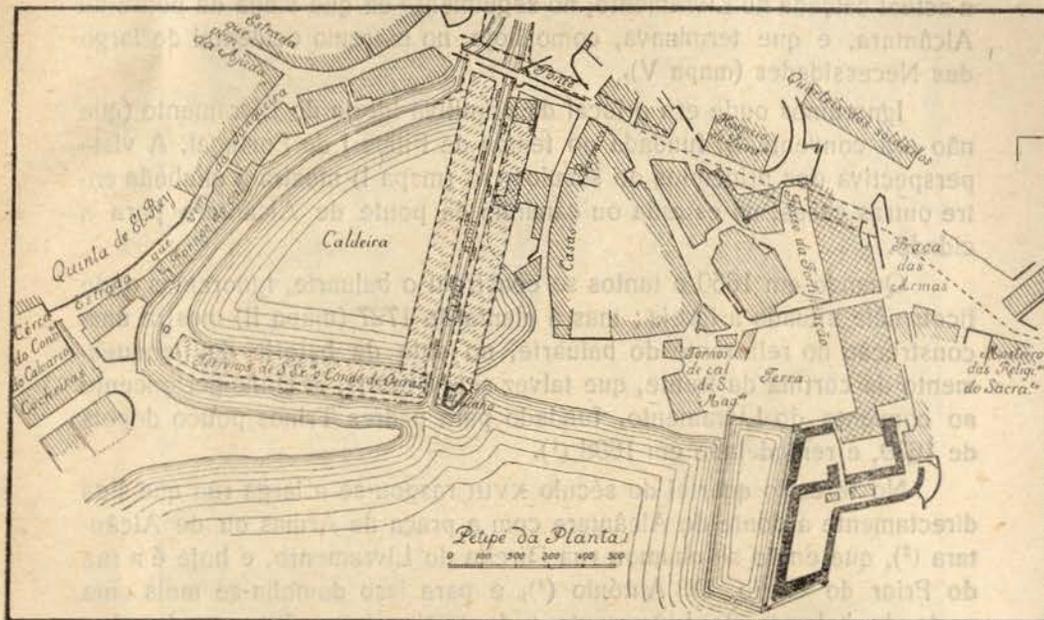
O quartel do sul ficava na praça de Alcântara, paralelo ao parapeito da cortina que ligava os dois baluartes.

O baluarte do norte tinha dois andares ou terraplenos, e nos para-

peitos do andar superior estavam rasgadas várias canhoneiras, de que se conservavam ainda oito em 1884 (1).

A serventia para os dois terraplenos do baluarte era pela calçada do Livramento (porta n.º 17), que provavelmente foi construída para êste fim especial.

O baluarte assenta sôbre um banco calcáreo, que parece ter sido explorado, e que forma um alto despenhadeiro em parte da frente oci-



MAPA III (entre 1759 e 1769)

Escala 1/5000

Planta do local da Ponte e suas circunvizinhanças, mostrando as obras projectadas e em execução: alargamento da Ponte; abertura da Rua Direita do Livramento até à Praça das Armas; construção do Caneiro; regularização da Ribeira para montante da Ponte; e construção das Tercenas nos lados do Caneiro e da Mota sul da Caldeira do moinho

Os edifícios e obras então projectadas estão representadas a traço interrompido. (Planta que existia no Arquivo do extinto Ministério das Obras Públicas)

(1) Plantas de Lisboa, da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, de 1876 e de 1884.

dental; as suas muralhas, de cantaria e com grande altura, ainda estão visíveis e relativamente bem conservadas.

No ângulo saliente dos muros da frente pode ainda hoje observar-se uma guarita de cunhal.

A fazer fé pela planta do local, do terceiro quartel do século XVIII (mapa III), na face ocidental dêste baluarte havia sido deixada de origem, ou aberta até essa época, uma passagem para uma rua em curva, que é a actual calçada do Livramento, no seguimento da que vinha da ponte de Alcântara, e que terminava, como hoje, no extremo ocidental do largo das Necessidades (mapa V).

Ignoramos onde era o local da primitiva igreja do Livramento (que não era conventual), fundada no tempo de Filipe I de Portugal. A vista perspectiva dos princípios do século XVII (mapa I) mostra-a alinhada entre outras casas, na estrada ou caminho da ponte de Alcântara para a cidade.

Quando em 1650 e tantos se construiu o baluarte, ignoramos onde ficou nêle situada a igreja; mas a planta de 1727 (mapa II) mostra uma construção no reintrante do baluarte, no sítio da bateria de flanqueamento da cortina da frente, que talvez seja a igreja, já então pertencente ao convento do Livramento, fundado para padres Trinos pouco depois de 1679, e remodelado em 1698 <sup>(1)</sup>.

No terceiro quartel do século XVIII rasgou-se a larga rua que liga directamente a ponte de Alcântara com a praça de Armas ou de Alcântara <sup>(2)</sup>, que então se chamou rua Direita do Livramento, e hoje é a rua do Prior do Crato, D. António <sup>(3)</sup>, e para isso demoliu-se mais uma parte do baluarte do Livramento e da cortina intermédia aos dois balaustrés. No local que sobrou da rua construíram-se os prédios que lá se vêem.

Esta rua segue aproximadamente a directriz da antiga estrada ou

---

<sup>(1)</sup> *Corografia Portuguesa*, pelo P.<sup>e</sup> A. Carvalho da Costa, t<sup>o</sup>mo III, 1722, pág. 531.

<sup>(2)</sup> Hoje, praça da Armada, por deliberação camarária de 3 de agosto de 1911, e edital de 7 do mesmo mês.

<sup>(3)</sup> Deliberação da Câmara em sessão de 29 de dezembro de 1922, e edital de 23 de janeiro de 1923.

«caminho que a construção do baluarte do Livramento havia feito desaparecer, e parece que a sua directriz foi definida pela fachada da igreja



MAPA IV (Planta de 1807)

Escala 1/7500

*Extracto da:* Planta Topographica de Lisboa e seus suburbios, levantada no ano de 1807  
debaixo da direcção do Capp.<sup>o</sup> Engenheiro Duarte José Fava, lithographada  
no anno de 1831

do convento já ali existente, com o fim de não se tocar neste. Por isso a rua não ficou com o alinhamento que racionalmente devia ter.

Antes da extinção das Ordens Religiosas em 1834 ocupava o convento, a igreja e a sua cêrca, segundo parece, todo o recinto do baluarte até à actual rua do Prior do Crato e calçada do Livramento (planta de 1807, mapa IV).

Na travessa do Livramento ainda se conserva parte da muralha do baluarte, e no seu comêço pode observar-se uma antiga porta conventual, de entrada para a cêrca, que é possível que seja o postigo para serventia da igreja de que fala o p.<sup>o</sup> João Baptista de Castro em 1749 (1), e se vê na planta do 3.<sup>o</sup> quartel de século XVIII (mapa III).

Posteriormente a 1834 todo êste terreno foi alienado, e o terrapleno inferior acha-se coberto de edificações abarracadas e pátios; no andar superior do baluarte, que bem se distingue ainda, vê-se um prédio com 3 pavimentos, revestido de azulejos, e o respectivo jardim. A igreja do convento foi adaptada a uma sucursal da Caixa Geral de Depósitos (2).

O baluarte sul, chamado do Sacramento, ou forte da Alfarrobeira, ficava situado no local onde a actual avenida da Índia entronca na avenida 24 de Julho.

Também tinha o terrapleno em dois andares. Nos parapeitos de ambos estavam abertas canhoneiras, em número de 12 no superior e de 5 no inferior, além de 7 no reintrante para o flanqueamento do fôssco e da frente do baluarte das Necessidades (mapas II e III).

As altas muralhas dêste baluarte foram construídas provàvelmente com pedra proveniente do banco de calcáreo sôbre que assenta o baluarte do norte ou do Livramento. A cal fabricava-se no local.

Contígua, e ocupando tôda a extensão da face ocidental do baluarte, existia uma caldeira ou doca de abrigo para pequenas embarcações, caldeira de Alcântara, com cêrca de 120 metros de comprimento e 38 metros de largura.

(1) *Mapa de Portugal*, ed. de 1749, 4.<sup>a</sup> parte, pág. 206.

(2) Sôbre o convento e igreja pode consultar-se a monografia: *Alcântara*, por João Paulo Freire, Lisboa, 1929, cap.<sup>os</sup> X a XII.



Este baluarte foi cedido à Câmara Municipal de Lisboa, por carta de lei de 18 de abril de 1876, que logo procedeu ao seu arrazamento para a construção de uma rua, desde a Rocha do Conde de Óbidos até ao caneiro de Alcântara <sup>(1)</sup>, rua que fazia seguimento a outra já construída, e que recebeu o nome que esta já tinha, rua 24 de Julho, actualmente avenida 24 de Julho <sup>(2)</sup>.

Desta parte da obra de fortificação ficou o nome a uma rua, travessa do Baluarte, que comunica a avenida 24 de Julho com a rua do Arco a Alcântara, aberta não contígua à muralha, mas sôbre o terreno do lado ocidental da caldeira de Alcântara.

O parapeito de terra da cortina da frente intermédia aos baluartes parece que tinha cêrca de 32 metros de largura, e o fôssô 19 metros de largura e 2 metros de profundidade.

Este parapeito era atravessado ao meio e normalmente por uma poterna ou caminho coberto por abóbada, munida com portas em ambas as extremidades. Desta disposição resultou para a rua que fazia seguimento à poterna, e à que mais tarde se abriu no local desta, o nome de rua do Arco a Alcântara, que ainda hoje conserva.

Aí se fixaram no tempo de D. José I os limites ocidentais da cidade e se collocaram as portas ou barreiras fiscaes.

Em frente das portas existia um largo que se chamava praça das Armas ou de Alcântara, que é, desde agosto de 1911, a praça da Armada (mapas III, IV e V).

Por ocasião das obras de construção do baluarte no 3.º quartel do século XVII (mapa III) devia ter desaparecido a casa nobre que presumimos que seria a do Aposentador-mor, e que, por estar no campo de tiro do baluarte das Necessidades, seria inconveniente para a defêsa.

Também na mesma época, ou pouco depois, devia ter sido aterrado o ramal oriental da ribeira de Alcântara, entre a mota do moínho e a quinta do Aposentador-mor, de forma que êle ficou apenas com o de-

---

(1) A parte do baluarte que sobrou da abertura da rua foi posteriormente cedida ao Ministério da Guerra.

(2) Deliberação camarária de 18 de outubro de 1928, e edital de 22 do mesmo mês.

saguadouro no Tejo pelo seu ramal ocidental que contornava a mota, no sítio da actual rua e largo das Fontainhas e rua Fradesso da Silveira, como dissemos (mapa III).

Pelos começos do 3.<sup>o</sup> quartel do século XVIII a fisionomia do local modificou-se bastante com a abertura da rua Direita do Livramento (actualmente rua do Prior do Crato), e com a regularização da ribeira e construção do caneiro de Alcântara.

O primitivo caminho, depois estrada, que ligava a ponte de Alcântara com a cidade de Lisboa, tinha uma directriz quasi rectilínea desde a ponte até ao sítio da praça da Armada e mosteiro do Sacramento. Esse caminho ficou obstruído pela construção da fortificação, e foi substituído por uma rua em cotovêlo que seguia o traçado das actuais ruas Gilberto Rola (antiga rua Velha) e do Arco (esta, na sua metade oriental) (mapas II e III).

Já dissemos como, e desde quando, se formou a actual ligação da ponte, ou do sítio da ponte, com a praça da Armada, pela rua que se chama do Prior do Crato, D. António.

O caneiro, nome dado à ribeira canalizada de Alcântara, para juzante da ponte, foi construído através da antiga caldeira do moínho, nascendo do arco maior da ponte, e seguindo em linha recta até ao Tejo (mapa III).

Esta construção teve por objectivo inicial facilitar o acesso, por mar, dos materiais destinados a um palácio para o rei D. José, que por Carlos Mardel foi projectado nos terrenos do alto de Campo de Ourique. Os jardins desse palácio chegavam até à ribeira de Alcântara, onde se construiria um caes de embarque para os escaleres reais. A idéia foi abandonada após a morte do rei.

Nós, os antigos, ainda nos recordamos do caneiro, que tinha cerca de 207 metros de comprimento, 9<sup>m</sup>,5 de largura, e era ladeado por duas ruas com cerca de 4<sup>m</sup>,7 de largura. Na espessura dos muros do caneiro estavam talhadas, de cada lado, quatro escadas de embarque.

Perto da sua extremidade de juzante, na altura da nossa avenida 24 de Julho, tinha umas portas munidas com adufas, portas que se

abriam durante a enchente das marés do Tejo, e se fechavam quando a água começava a baixar; abriam-se depois as adufas para provocarem fortes correntes de varrer ou de limpeza.

A caldeira do moinho, com vários engenhos de moer farinha, casas, forno de cal e outro de tejolo, e terra confinante, pertenciam ao morgado de Montalvão. Após uma acção de reivindicação de propriedade, julgada a favor do conde de Oeiras, êste tomou posse dos terrenos e outras obras em litígio, em 12 de abril de 1758.

Duarte Lopes Rosa, arrematante da manufactura do pão para as tropas da guarnição de Lisboa, arrendou em 1759 ao conde de Oeiras alguns armazéns já construídos no lado oriental do caneiro, e promoveu em 1762 a construção de outros mais amplos para o exercício da indústria de que era adjudicatário.

Nuns dêles, segundo informações colhidas no local, ficava situada a repartição ou edificio do *Assento*, que era onde funcionavam os serviços de registo dos alistados na guarnição, e a administração e o fabrico das munições de bôca <sup>(1)</sup>; daqui proveio o nome de rua do Assento, que é a actual rua Vieira da Silva <sup>(2)</sup>, para a via pública onde aqueles serviços estavam instalados.

A Junta dos Três Estados mandou em 1769 acrescentar 6 armazéns térreos e 6 superiores, e bem assim edificar todos os armazéns altos e baixos, 24 em cada andar, ao longo do lado poente do caneiro, e no lado oriental mais outros 4 grandes armazéns para palha, em 1774 <sup>(3)</sup>.

Assim foi construída, no 3.º quartel do século XVIII, aos lados do caneiro, a rua bífida que se chamou rua Cascais, e hoje se chama rua de João de Oliveira Miguens <sup>(4)</sup>. Êste indivíduo foi quem fêz construir em 1905 o grande prédio da esquina norte-oriental da rua, onde esteve

---

(1) Anteriormente, e desde muito tempo, estes serviços estavam instalados no Campo de Santa Clara.

(2) Edital de 12 de dezembro de 1884.

(3) Estes apontamentos foram-nos fornecidos pelo nosso amigo e ilustre escritor Dr. Jordão de Freitas, que os extrahiu do *Tombo do Morgado da Rua Formosa*, vol.º VI e VII. A Sua Ex.ª os nossos melhores agradecimentos.

(4) Êste trôço de via pública, quando estava em construção sôbre o caneiro, entre a antiga rua do Livramento e a margem do Tejo, que era então no sítio da rua

a casa comercial *Loja do Povo*, ultimamente aplicado a outros géneros de comércio.

No último quartel do século XVIII foi a caldeira do moinho completamente entulhada; já se não vê na planta de 1807 (mapa IV), e no atêrro assim formado cultivava-se em 1844 a *horta das tercenas da marquezia de Pombal* (1). Êsses terrenos estão hoje ocupados com alguns edifícios de particulares e com as extensas instalações da Companhia União Fabril, talvez desde 1887.

O braço da ribeira de Alcântara que contornava pelo ocidente a caldeira do moinho, já caseado da banda do norte, ainda se conservava em 1807 (mapa IV) com a directriz que tinha um e dois séculos antes, isto é, segundo o leito da rua e largo das Fontainhas, e da actual rua Fradesso da Silveira.

Para o sul dêle ficava uma restinga de areia, que no princípio do século XVIII (1727) as marés cobriam até às trazeiras do convento do Calvário, e do edifício da Promotora, que forma o lado sul do actual largo do Calvário, no sítio da antiga rua de Santo António (2), actual de Rodrigues Faria (3) (mapa II).

Depois do terremoto de 1775 constituía um *sapal inútil* que, parece, pertencia ao conde da Ponte, a quem Jácome Ratton (4) o com-

---

Fradesso da Silveira, chamou-se rua de Cascais (sessão da Câmara, de 31 de dezembro de 1888, e edital de 21 de Janeiro de 1889). Por deliberação da Câmara de 22 de maio de 1913 passou a denominar-se rua de João de Oliveira Miguens (editais de 6 de julho de 1913 e de 25 de maio de 1917), que conserva.

(1) *Planta da Quinta Real do Calvário, levantada e desenhada por José António de Abreu. Em 1844.*

(2) Já assim chamada antes do terremoto de 1755. Depois passou a ser rua de Santo António ao Calvário (sessão camarária de 18 de maio de 1889; edital de 8 de junho).

(3) Sessão de 20 de abril de 1914; edital de 27 do mesmo mês.

(4) *Recordações de Jácome Ratton*, Londres, 1913, pág. 81. Êste Ratton foi um grande comerciante e industrial, dotado de uma enorme iniciativa, que exerceu a sua actividade em Portugal durante 63 anos e meio; nasceu em França em 1736, e foi deportado de Portugal em setembro de 1810, acusado, segundo consta, de entendimentos com os exércitos invasores de Napoleão.

prou ou aforou. Aí tinha existido uma fábrica de louça, depois transformada em fábrica de vidro, as quais não conseguiram vingar. Rattón comprou mais terreno à casa Ponte, dobrando a sua área, e de triangular que era, ficou rectangular, com mais de 500 palmos (120<sup>m</sup>) de nascente a ponte. Esta propriedade deve ser a terra lavrada que se vê na planta de 1807 (mapa IV), ao lado da indicação: *Obras do Raton*.

Em 1864 a propriedade, prolongada e lavrada para o nascente, pertencia ao conde de Porto Covo <sup>(1)</sup>, e pelo meio da quinta passava uma rua, terminando num caes fluvial, a qual depois se transformou no pateo do Bandeira (1879), e por fim, depois de alargada e regularizada, se transformou na via pública chamada rua da Cozinha Económica <sup>(2)</sup>, cujo nome deve a uma cozinha e refeitório para as classes populares, que aí se construiu em 1894/95, tendo sido inaugurada em 15 de Abril de 1895 <sup>(3)</sup>.

Entre 1864 e 1876 <sup>(4)</sup>, ou pouco mais, foram construídos os prédios que limitam o quarteirão triangular truncado, situado entre as actuais ruas Fradesso da Silveira, da Cozinha Económica, e Cascais.

No último ano mencionado a quinta era propriedade do conde de Daupias, descendente, por sua mãe, de Jácome Rattón, e pegava com terrenos da Companhia Carris de Ferro de Lisboa. A terra firme ainda não ultrapassava os limites que tinha atingido no tempo do Rattón (mapa V, planta a tinta vermelha), e definidos actualmente pelo lado noroeste do pequeno largo triangular que a rua Cascais forma ao meio.

Dos herdeiros deste proprietário passou para a casa Henry Burnay & C.<sup>a</sup>, em 1905 e 1906, e desta para o Banco Burnay em 1925, tendo sido depois retalhada e vendida a diversos.

<sup>(1)</sup> *Planta da Real Quinta do Calvário levantada e desenhada por José António de Abreu em 1844, publicada em 1847.*

<sup>(2)</sup> Deliberação em sessão camarária de 11 de setembro de 1902, e edital de 16 do mesmo mês.

<sup>(3)</sup> Foi construída pela Sociedade das Cozinhãs Económicas em terreno cedido pela Câmara Municipal em sessão de 22 de dezembro de 1893, achando-se, actualmente a sua administração a cargo da Misericórdia de Lisboa (decreto n.º 15778, de 23 de julho de 1928).

<sup>(4)</sup> *Planta dos Terrenos Pertencentes à Real Quinta do Calvário à venda para Construções Urbanas, s/d, (cêrca de 1877).*

Do, meio da rua Cascais para o rio, com as obras do porto de Lisboa, foram conquistados mais terrenos, onde se implantaram vários edifícios, entre os quais o da *Garagem de Alcantara L.<sup>da</sup>*, a grande fábrica de refinação de açúcar, actualmente *Refinaria Colonial* <sup>(1)</sup>, as vias férreas da estação de Alcântara-mar, e se construiu a doca de Santo Amaro.

Para poente da rua da Cozinha Económica ficam três ruas particulares, e vários estabelecimentos industriais e comerciais, que são a fábrica de massas *A Napolitana*, da Companhia Portugal e Colónias, a *Latoaria Internacional*, de Saldanha e Silva, uma oficina de montagem de automóveis; de Orey Antunes & C.<sup>a</sup>, um armazém de sucata de metais, uma drogaria, uma fábrica de agulhas, etc.

O ramal ocidental da ribeira de Alcântara, para juzante da ponte, começou a ser entulhado na direcção desta para o Tejo, e em 1844 as aguas das marés, entrando pela foz do ramal, já pouco passavam além do largo das Fontainhas; a rua incipiente era chamada beco das Fontainhas.

Continuou este ramal a ser aterrado, e em 1876 já no lugar do seu troço oeste-leste se achava construída uma rua, que se chamou do Caneiro Velho <sup>(2)</sup>, depois rua de Alexandre Herculano <sup>(3)</sup>, e por último rua Fradesso da Silveira <sup>(4)</sup>.

Desde muito tempo que se pensou em construir uma ligação marginal entre a Ribeira Nova e Alcântara, e êsse trabalho foi realizado espaçadamente por troços, o último dos quais, entre a Rocha do Conde

---

<sup>(1)</sup> Este edificio foi construido pela Companhia do Açúcar de Moçambique, e inaugurado em 1909. Posteriormente, em 1919, foi vendido à companhia Sena Sugar Estates L.<sup>td</sup>, que é a sua actual proprietária. Em 1927 foi nele incorporada uma outra refinaria que lhe ficava contígua, a qual havia sido da Sociedade Portuguesa de Açúcares, e que então pertencia à Sociedade Industrial Aliança.

<sup>(2)</sup> *Mappa de Lisboa*, da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, referido a 1876 e publicado em 1878.

<sup>(3)</sup> Edital do Govêrno Civil, de 18 de janeiro de 1878.

<sup>(4)</sup> Edital da Câmara, de 1 de janeiro de 1888.

de Óbidos e o Caneiro de Alcântara, no seguimento do *atêrro da Boa Vista*, ou rua 24 de Julho, ficou concluído em setembro de 1877 <sup>(1)</sup>, sendo logo aberto à circulação.

Para a construção dêste trôço de rua demoliu-se em 1876 parte do baluarte da Alfarrobeira, como dissemos atrás, e foi êle encorporado com o que o precedia do lado nascente, já em serviço, com a mesma designação de rua 24 de Julho <sup>(2)</sup>, mudada há anos em avenida 24 de Julho <sup>(3)</sup>.

A caldeira de Alcântara, contigua ao baluarte do Sacramento, que então servia para recolha e reparação de barcos e dos vapores das carreiras fluviais da empresa de Frederico Burnay, ficou cortada pelo aterro da rua, sendo entulhadas sucessivamente as duas pequenas caldeiras que resultaram de um e outro lado do referido aterro. No local da da banda do norte estão construídas umas oficinas da Companhia União Fabril, que esquinam e se estendem ao longo da travessa do Baluarte.

Entre a rua Fradesso da Silveira e a rua 24 de Julho ficava de permeio o caneiro de Alcântara, e para o atravessar construiu a Câmara Municipal uma ponte provisória de madeira, que cedeu à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, com a condição de poder ser utilizada para passagem, não só dos seus carros pela via férrea americana, já assente de um e outro lado da referida ponte, mas também por outros veículos, e por passageiros a pé e a cavalo <sup>(4)</sup>.

A ponte achava-se concluída em fevereiro de 1877, e devia ser substituída por outra de alvenaria, o que se não chegou a fazer, porque dez anos mais tarde foi o caneiro completamente coberto com abóbada, desde este sítio até à muralha do caes marítimo acostável, como veremos.

Por alvará de 7 de abril de 1887 foi a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses obrigada a fazer a cobertura do caneiro de Alcântara, desde a antiga ponte da rua Direita do Livramento para o sul

---

(1) *Arquivo Municipal de Lisboa, anno de 1877, pag. 415.*

(2) *Edital da Câmara, de 23 de setembro de 1878.*

(3) *Deliberação da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, de 18 de outubro de 1928, e edital de 22 do mesmo mês.*

(4) *Arquivo Municipal de Lisboa, anno de 1877, pág. 438.*

## L I V R O S

*compra todas os livros grandes  
e pequenas bibliotecas*

Não venda um bom livro sem me  
consultar

**Livraria BARATEIRA**

R. NOVA DA TRINDADE, 16-A — Tel. 26735

## Casa dos Panos

A PRIMEIRA CASA DA ESPECIALIDADE

*Sortimento completo em panos  
brancos e de cor e em linhos  
de todas as larguras*

**45, RUA DOS FANQUEIROS, 49**

(à esquina da Rua de S. Julião)

## OCIDENTE

REVISTA  
PORTUGUESA

*Director e Editor: ALVARO PINTO*

**R. do Salitre, 155, 1.º Lisboa-Portugal**

Assinatura: Ano com direito aos números especiais

Portugal . . . . . 115\$00  
Colónias portuguesas . . . . . 125\$00  
Brasil . . . . . 120\$000  
Estrangeiro, £ 1-8-0 ou 7 dollars

## CARLOS FARINHA

Lãs pen-  
teadas e  
desperdi-  
cios de Lã

**30, R. DOS  
SAPATEIROS  
LISBOA**

## Empresa Insulana de Navegação

CARREIRAS REGULARES ENTRE LISBOA, MADEIRA e AÇORES

Escalas datas das saídas dos vapores:

Em 8 de cada mês, para: Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa  
(Santa Cruz), S. Jorge (Calheta), Lages do Pico e Faial

Em 23 de cada mês, para: Madeira, S. Miguel, Terceira, Graciosa, (Praia),  
S. Jorge (Velas), Cais do Pico, Faial, Córvo e Faial (Lages e Santa Cruz)

A escala da Ilha do Córvo só se efectua nos meses  
de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando  
também o vapor naquele pòrto no mês de Fevereiro  
só para troca de correspondência e serviço de passageiros

**Agentes:**

**GERMANO SERRÃO ARNAUD**

Avenida 24 de Julho, 2, 2.º D.

LISBOA

Telefone 2 0214

NA MADEIRA

BLANDY BROTHERS & C.º

EM PONTA DELGADA

BENSAUDE & C.ª

A MARINHA MERCANTE AO SERVIÇO DO IMPÉRIO

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS A

## COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

mandou construir para o serviço das Colónias cêrca de vinte mil toneladas assim descriminadas :

Serviço regular de carga e passa- geiros para a :	Quanza, da linha rápida da Africa Oriental . . . . .	6.500 Ton.	
	S. Tomé, navio-motor da linha da Africa Ocidental . . . . .	9.100 »	
	Inharrime, vapor do serviço de cabotagem de Moçambique	1.665 »	
	Tagus, navio-motor do serviço de cabotagem Pôrto-Lisboa	1.600 »	
	A C. N. N. dispõe ainda para os serviços de carga e passagei- ros, das seguintes unidades :		
	África Ocidental		
	África Oriental		
	Nova York		
		Niassa, da linha rápida da Africa Oriental . . . . .	9 000 »
		Angola, da linha rápida da Africa Oriental . . . . .	8.300 »
		Cubango, de serviço de carga da Africa Ocidental . . . . .	8.300 »
		Lourenço Marques, linha rápida da Africa Ocidental . . . . .	6.400 »
	Cabo Verde, do serviço de carga da Africa Ocidental . . . . .	6.200 »	
	Congo, de reserva em Lisboa . . . . .	5.000 »	
	Luambo, do serviço costeiro de Moçambique . . . . .	1.385 »	
	Chinde, do serviço costeiro de Moçambique . . . . .	1.382 »	
	Save, do serviço costeiro de Moçambique. . . . .	763 »	

Pedir informações à C. N. N.

Sede: R. do Comércio, 85-LISBOA / Sucursal: R. do Infante D. Henrique, 75-2.º-PORTO

Para

### Mobilar

e Decorar

uma Casa

consulte a nossa decorador

**MODERNAS  
MOBÍLIAS  
E EM ESTILOS  
CLÁSSICOS**

## COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14-Rua Capêlo, 1 a 9

FACILIDADES DE PAGAMENTO

Um novo livro de

SILVA TAVARES

## Cantigas de Mal-Dizer

Uma centena de sugestivas quadras populares:  
eis duas, ao acaso :

*Dar a camisa era. outrora,  
sinal de bom coração.*

*— Por isso é que elas agora,  
só vestem combinação!...*

*Que linda saia que tem!  
O comprimento, é que é pena...  
Sabe a quem deve estar bem?  
— A' sua irmã mais pequena...*

Um gracioso volume 6\$00 — Edição da

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA

até ao Tejo, tendo esta obra, que foi iniciada em 30 de junho do referido ano, sido executada pelo construtor P. H. Hersent.

Ao mesmo tempo que avançava o trabalho da abóbada de cobertura do caneiro, ia-se assentando sobre ela uma via férrea, para ligar a estação de Alcântara, que passou a chamar-se de Alcântara-terra, com a estação da linha férrea do Caes do Sodré a Cascais, designada por estação de Alcântara-mar, situada sobre o caneiro, perto do cruzamento da actual rua do Caes de Alcântara com a avenida da Índia. Foi mandada construir pelo citado alvará de 1887.

No caneiro de Alcântara começava, para montante do Tejo, a 1.ª secção das obras do Porto de Lisboa, inauguradas em 31 de outubro de 1887, e aí essas obras fizeram avançar para o sul o atêrro sobre o rio, achando-se actualmente os terraplenos assim obtidos cobertos com fábricas, armazéns, entrepostos, recintos para armazenagem de mercadorias, instalações para os serviços da exploração do porto, etc.

O caneiro de Alcântara foi prolongado através desses terrenos em alinhamento recto, com cobertura de abóbada, até ao caes marítimo de atracação, com o comprimento total aproximado de 815 metros, contado desde a antiga ponte de Alcântara (mapa V). Esse trabalho foi feito por conta da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, pelo mesmo empreiro H. Hersent, e concluiu-se em 16 de agosto de 1890.

Sobre a cobertura do caneiro, até à Avenida da Índia, passa a linha férrea da estação de Alcântara-terra para a linha do Caes do Sodré a Cascais.

Nos terrenos conquistados ao Tejo acham-se abertas muitas vias públicas, das quais a mais importante é a avenida da Índia, começada a construir há muitos anos, sendo o último trôço a concluir-se o que vai desde a avenida 24 de Julho até à actual rua do Caes de Alcântara.

Da rua Fradesso da Silveira para o sul, até à avenida da Índia, sobre o caneiro e do lado ocidental do mesmo, passa uma rua que faz seguimento à de João de Oliveira Miguens, a qual tinha o mesmo nome que ela, que foi mudado em 1917 para rua Cascais (1).

---

(1) Deliberação da Câmara em sessão de 10 de maio de 1917, e edital de 25 do mesmo mês.

Desde a avenida 24 de Julho até à muralha do caes de Alcântara, do lado oriental da via férrea e da cobertura do caneiro, ao lado das oficinas da Câmara Municipal, e daí até ao Tejo, rasgou-se uma rua a que primeiro foi dado o nome de rua 14 de Maio <sup>(1)</sup>, e hoje se chama do Caes de Alcântara <sup>(2)</sup>.

Nos terrenos onde se levantam as oficinas da Câmara Municipal, entre as avenidas 24 de Julho e da Índia, e a rua do Caes de Alcântara, efectuou-se, desde o ano 1894 até 1912, geralmente nos meses de maio e junho, a afamada feira de Alcântara, também conhecida por feira de Maio. Os mesmos terrenos também serviram para depósito de rama de pinho, de lixos e de campo de jôgo de *foot-ball*. As obras das Oficinas Gerais da Câmara duraram muitos anos, e tomaram maior incremento desde novembro de 1926, tendo sido visitadas oficialmente, a título de inauguração, em 5 de julho de 1931.

Ao sul e paralela à avenida da Índia está assente a via férrea da linha do Caes do Sodré a Cascais (mapa V), pertencente à Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, arrendada à Sociedade Estoril, construída desde 1895 a 1897, <sup>(3)</sup> e electrificada em 1926 <sup>(4)</sup>.

Pela mesma ocasião foi desviada (*ripada*) a via férrea um pouco para o sul <sup>(5)</sup>, obtendo-se assim, além de melhoria do traçado da via,

---

<sup>(1)</sup> Deliberação da Comissão Executiva da Câmara, de 9 de junho de 1915, e edital de 19 do mesmo mês. Em sessão camarária de 14 de fevereiro de 1937 propoz-se denominá-la rua Marquês de Marialva; é esse o nome que por lapso puzemos no nosso mapa V, e que deve ser rectificado para rua do Caes de Alcântara.

<sup>(2)</sup> Deliberação camarária de 12 de agosto de 1937, e edital de 19 do mesmo mês.

<sup>(3)</sup> A portaria de 3 de setembro de 1895 autorizou a abertura à exploração, da linha entre o Caes do Sodré e Alcântara-mar, com a primeira via, e a portaria de 2 de julho de 1897 autorizou a abertura da segunda via. Informação prestada com outras relativas a esta via e à cobertura do caneiro, pelos serviços da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses aos quais tributamos o nosso agradecimento.

<sup>(4)</sup> A transformação da tracção a vapor em tracção eléctrica foi autorizada por decreto n.º 1046, de 14 de novembro de 1914, emanado da lei n.º 275, de 8 de agosto do mesmo ano. A inauguração da exploração por tracção eléctrica efectuou-se no dia 15 de agosto de 1926.

<sup>(5)</sup> A variante foi executada pela Sociedade Estoril, segundo o projecto aprovado por portaria de 7 de janeiro de 1925.

mais campo para a avenida da Índia, e para os edificios das oficinas e armazens da Câmara.

A estação de Alcântara-mar, barracão de madeira que estava primitivamente no ângulo da bifurcação das vias férreas que se dirigem para Alcântara-terra e para o Caes do Sodré, com a direcção aproximadamente norte-sul, foi reconstruída em 1928-29 (1), um pouco mais ao sul do primeiro lugar, ficando com a direcção sensivelmente norte-leste, ao norte da segunda daquelas vias, e com a fronteira sôbre a avenida da Índia (mapa V).

Os terrenos conquistados ao Tejo medem neste sítio uma área mais considerável do que em qualquer outro ponto do porto de Lisboa, e a linha marginal, que no século XVI não pasava para além da ponte de Alcântara, avançou em direcção ao Tejo uma extensão de cerca de 900<sup>m</sup>.

A conquista destes terrenos altamente valiosos foi uma necessidade que o incremento do comércio, da indústria e da circulação cidadina tornaram imprescindível, e que ainda mais veio valorisar o já populoso e fabril bairro de Alcântara.

## CORRIGENDA

pág	linha	onde se lê	corrija-se para
63	7	noroeste-sudeste	noroeste-sueste
74	15	que principios	que dos principios
82	27	laústres	luartes
84	11	de século	do século
89	34	segunde	segundo
91	1	Do, meio	Do meio

(1) - Em 20 de agosto de 1928 foi a sessão de abertura da Sociedade Espirita.

mais campo para a avenida da Índia, e para os edificios das oficinas e armazens da Câmara.

A estação de Alcântara-mar, barracão de madeira que estava primitivamente no ângulo da bifurcação das vias férreas que se dirigem para Alcântara-terra e para o Caes do Sodré, com a direcção aproximadamente norte-sul, foi reconstruída em 1928-29 <sup>(1)</sup>, um pouco mais ao sul do primeiro logar, ficando com a direcção sensivelmente norte-leste, ao norte da segunda daquelas vias, e com a frontaria sôbre a avenida da Índia (mapa V).

Os terrenos conquistados ao Tejo medem neste sítio uma área mais considerável do que em qualquer outro ponto do porto de Lisboa, e a linha marginal, que no século XVI não pasava para além da ponte de Alcântara, avançou em direcção ao Tejo uma extensão de cerca de 900<sup>m</sup>.

A conquista destes terrenos altamente valiosos foi uma necessidade que o incremento do comércio, da indústria e da circulação cidadina tornaram imprescindível, e que ainda mais veio valorisar o já populoso e fabril bairro de Alcântara.

---

<sup>(1)</sup> Em 26 de agosto de 1929 foi a estação entregue à Direcção da Exploração da Sociedade Estoril.

# O panteon dos Condes de Linhares em S. Bento de Xabregas

Por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

## I — A CAPELA-JAZIGO

No primeiro quartel do século de seiscentos tomou D. Joana de Noronha, filha dos segundos condes de Linhares, o encargo de reedificar à sua custa a capela-mor manuelina do velho mosteiro de S. Bento, no arrabalde de Enxobregas, «nas margens do celebrado Tejo, meya legua de Lisboa para a parte do Oriente, em território delicioso & fertilissimo» <sup>(1)</sup>, que em dias de Afonso V fôra dado aos Bons Homens de Vilar.

A casa gosara sempre do favor real, e fôra edificada por vontade da virtuosa filha do vencido de Alfarrobeira, para o que lhe legara vinte e oito mil coroas de oiro de seu dote <sup>(2)</sup>.

Diz-se que da preciosa cruz conventual mandou Afonso V bater moeda para continuar a guerra de Castela, dívida que, mais tarde, o filho resgatou, oferecendo uma outra, feita com o primeiro oiro que lhe veio da Mina, mas a que os loios, passados muitos anos, deram igual aplicação.

Era o destino.

Foi ali que veio a morrer o duque de Alba, após a tomada de Lisboa, e lá jouve enquanto não lhe levaram a ossada para Espanha.

Depois, os séculos foram passando, a velha casa do Beato Antó-

---

<sup>(1)</sup> F. Francisco de Santa Maria, *O ceo aberto na terra*.

<sup>(2)</sup> Id.

nio perdeu o seu antigo esplendor, e por fim o tufão de 34, depois de a devastar, transformou-a em caserna (3), e mais tarde numa fábrica de moagem.

A ampla capela-mor que D. Joana amorosamente ornara «de mármore brancos faxados de jaspes vermelhos» (4), para a destinar a jazigo dos seus, foi profanada, os túmulos abertos, e as cinzas dos Noronhas, miseravelmente «despejadas dentro de um carneiro ou subterrâneo» (5).

Conservam-se todavia as inscrições tumulares metidas nas paredes da capela-mor, onde, aliás, sempre terão estado, conforme os dizeres do cronista:

«No côncavo das paredes, em correspondência, tem quatro túmulos de pedra bem obrados & magestosos, & dois santuários de relíquias» (6).

Os vãos dos dois relicários foram utilizados para as duas últimas inumações, de-modo-que ficaram três sepulcros em cada uma das paredes laterais.

## II — AS INSCRIÇÕES

### I

Â DE DON. ANT. DE. (NORONHA. PRIMEIRO. CONDE. DE LINHARES. F.)  
 DE. DON. PEDRO. (PRIMEIRO. MARQUEZ. DE VILA REAL. E. DE. DONA)  
 BRITES. F. A. DO SE (GVNDO. DVQVE. DE BRAGANÇA. FALECEO)  
 DE. 87. ANNOS (.EM. MARCO. DE. 1551. FOI CASADO)  
 COM DONA. I. (OANNA. DA. SILVA. FILHA. DO)  
 PRIMEIRO. CO. (NDE. DE PORTALEGRE. QVE. TAM)  
 BEM. AQVIA. (Z. E. MORREO. DE. 70. ANNOS)  
 EM. O. (VTVBRO. DE. 1554) (7)

(3) Gonzaga Pereira, *Monum. Sacros.*

(4) F. Francisco de Santa Maria, *ob. citada.*

(5) Bernardes Branco, *Hist. das Ord. Monásticas.*

(6) Fr. Francisco de Santa Maria, *ob. citada.*

(7) Reconstituída pela leitura de Fr. Francisco de Santa Maria, *ob. citada*, L.º II, Cap. XXX. Também publicada por Sousa, *Hist. Geneal.*, Vol. V.

Eram êstes Noronhas da mais nobre prosápia das Espanhas, pois a sua ascendência atingia os antigos Reis das Astúrias. Corriam-lhes nas veias o sangue velho de Leovigildo, pai de S. Hermenegildo e de Recáredo; de Afonso-o-Magno, e de tôda a longa série dos Reis de Leão.

D. Afonso Henriques de Noronha e Guijon, um dos treze bastardos de Henrique II de Castela, casara com D. Isabel, bastarda do nosso Rei D. Fernando I, e dêsse enlace de bastardos reais descende, como bisneto, êste primeiro conde de Linhares, que por sua mãe era ainda terceiro neto do Rei de Boa-Memória.

Uma autêntica genealogia real.

D. António era filho segundo do primeiro marquês de Vila-Real, e D. João III fê-lo conde de Linhares por carta passada em Setúbal, a 13 de Maio de 1532 <sup>(8)</sup>. Fôra escrivão da puridade do Rei D. Manuel, e foi-o também de D. João III <sup>(9)</sup>. Teve os senhorios de Algodres, de Pena-Verde, e de Fornelos, e a alcaidaria de Linhares. Serviu em África, onde lhe deram o govêrno de Ceuta <sup>(10)</sup>.

Casou, como nos diz a inscrição, com D. Joana da Silva, filha do primeiro conde de Portalegre, e teve, entre outros filhos, a D. Maria de Noronha e Ayala, que veio a casar com o filho do grande Afonso de Albuquerque.

Devia herdar-lhe a casa e o título, o 4.º filho, D. Inácio, pois os três primeiros: D. Fernando, D. Diogo, e D. João, haviam morrido muito novos, mas êsse môço levava a vida mais desregrada que levar se pode. Criatura de péssimos costumes, as suas baixas inclinações e as suas escabrosas aventuras noturnas, provocavam o escândalo na pacata e sorumbática sociedade lisboeta.

O pai repreendia-o; a parentela censurava-o; o próprio Rei fizera-lhe constar o seu desagrado pela vida licenciosa que levava; e até a mulher, uma infeliz senhora, por sinal filha do descobridor da Índia, vira-se obrigada a deixá-lo e a recolher-se em Santa Clara.

---

<sup>(8)</sup> Sousa, *Hist. Geneal.*

<sup>(9)</sup> Id.

<sup>(10)</sup> Id.

Não podia ser. Não poderia representar tão nobre e honrada família, quem assim a envergonhava com tão maus exemplos. E o caso é que lá o levaram a renunciar os seus direitos no irmão D. Francisco.

## II

S.DE.DÓ.FRANCISCO.DE.NORONHA.SEGVNO  
 CONDE.DE LINHARES.FILHO.DOS PRIMEIROS  
 MORREO.DE.68.ANOS.A 13.DE IVNHO.DE.1574  
 FOI.CASADO.COM DONA.VIOLANTE.DE.ANDRADE  
 FILHA.DE.FERNAN.DALVES.DE.ANDRADE.QVE  
 TAMBEM.AQVI.IAS.E.FALESEO.DE.83.ANNOS  
 A.17.DE.OVTVBRO.DE.1605 <sup>(11)</sup>

Esta inscrição não diz a verdade. O segundo conde de Linhares não jaz no túmulo que sua filha aqui lhe destinara.

O caso passou-se assim, segundo o nosso bom frei Francisco de Santa Maria <sup>(12)</sup>:

Morto o conde em 13 de Junho de 1574, como resa o epitáfio, foi a enterrar ao convento da Graça por a capela de Xabregas não estar ainda acabada, e seis anos depois, quando lhe abriram a cova para lhe levarem os ossos, acharam-lhe o corpo «inteiro e flexível como na hora que ali fôra metido» e lá o deixaram para que o tempo o consumisse. Passados anos, em 1619, voltou a filha a querer trasladar-lhe a ossada para Xabregas, mas como ainda o cadáver se achasse incorrupto, deixou-o ficar na Graça.

Diz-se que D. Francisco morrera em cheiro de santidade e que fôra tal a sua «conformidade com a Ley Divina, que sem faltar aos cortejos de palácio, parecia viver no deserto».

D. João III mandou-o por embaixador à côrte de Francisco I, e fê-lo mordomo-mor da Rainha D. Catarina.

<sup>(11)</sup> Publicada por Fr. Francisco de Santa Maria, *ob. citada*, L.º II, Cap. XXX, Pág. 484.

<sup>(12)</sup> *Ob. citada*.

Casou com D. Violante de Andrade, dama da Imperatriz, que era filha do ricoço Fernand'Alvares de Andrade, que se dizia descendente dos condes de Andrada, da Galiza, e reedificou o mosteiro da Anunciada, onde fêz seu jazigo; e irmã do notável orador sagrado Diogo de Paiva de Andrade, que jaz na Graça em capela que também lhe mandou «concertar» sua sobrinha, a piedosa D. Joana de Noronha, que de seus haveres a dotou.

## III

SEPVLTURA DE DOM.ANTONIO.DE NORONHA.PRIMEIRO.FILHO.DO  
SEGVNDO.CONDE.DE LINHARES.DOM.FR<sup>co</sup>. E DA.CONDESSA.DONA  
VIOLANTE.QVE.OS MOVROS.MATARAÕ.EM.CEITA.A.29.DE.ABRIL.DE  
1553.ANNOS.SENDO.ELLE.DE 17.DONNA.IOANNA.DE NORONHA.SVA  
IRMAM.QVE.NVCA.CASOV.LE FEZ.ESTA.CAPELLA.A SVA.CVSTA.COANDO  
ACABOV.QVE.FOI.NO.ANNO.DE.1622.TRESLADOV.SEVS.OSOS.DA.SE  
DE CEITA AESTA.SEPVLTURA.E NAÕ A DEV.AOS.MAIS.IRMAÕS.SEVS  
POR.Ñ.DOV.S.DELLES.MORRERAÕ.EM.AFRECA.COM.ELREI.DOM.SE  
BASTIAÕ.E OVTROS.DOV.S.NAS.PARTES.DA INDIA.E DOVS.SAÕ  
RELIGIOSOS.DA.ORDEM.DE.SANTO.AGVSTINHO.

Este D. António, mandara-o o pai muito novo para Marrocos, quando o tio D. Pedro de Menezes governava Ceuta, para lhe contrariar uns inocentes amores com D. Margarida da Silva, filha de D. Garcia de Almeida <sup>(13)</sup>, e por lá morreu às lançadas numa briga com a moirama no dia 29 de Abril do ano de 1553.

Fizera 17 anos. Pobre criança!

Depois levaram-lhe o corpo ensangüentado a enterrar à Sé de Ceuta, onde em 1622 sua irmã D. Joana mandou buscar-lhe os ossos para a capela-jazigo de Xabregas, que nesse ano ficara concluída.

Foi a êste desditoso môço que Luiz de Camões dedicou o conhecido soneto:

---

<sup>(13)</sup> Dornelas, *Hist. e Geneal.*, Tômo IV.

*Em flor vos arrancou, de então crescida  
Ah Senhor D. António! a dura sorte*  
.....

Aos outros irmãos não destinou D. Joana sepultura porque, como ela própria nos declara nesta inscrição, dois, D. Lourenço de Noronha e D. Pedro de Noronha, haviam ficado nos escaldantes areais de Alcacer Kibir <sup>(14)</sup>; outros dois, D. Francisco de Noronha e D. Luiz de Noronha, tinham acabado seus dias «nas partes da India», sepulchro de tantos portugueses; e os dois que restavam, D. Manuel de Noronha e D. Diogo de Noronha, com os nomes de frei Nicolau Tolentino, e frei Guilherme de Santa Maria, eram religiosos de Santo Agostinho.

IV

DONNA IOANNA DE NORONHA.QVE.NVCA.CASOV.FILHA.DO CON  
DE DOM.FR<sup>co</sup>. E DA CONDESSA.DONNA.VIOLANTE.FEZ.ESTA.CA  
PELLA.A SVA.CVSTA.E LHE.DOTOV.HVA.MISSA.COTIDIANA.ALEM  
DA Q̃ IA TINHA.E CINCO.MERCEARIAS.QVE INSTITVHIO.SITVOV  
NO MOSTEIRO.DA ANNUNCIADA.POR NAÕ.AVER.NESTE.SITIO  
GASALHADO.P<sup>a</sup>. AS MERCEIRAS. <sup>(15)</sup>

V

NAO.TOMOV.DONNA.IOANNA.SEPVLTVRA.PERA.SI.NESTA CAPE  
LLA.POR.SE.ENTERRAR.DENTRO.NO MOSTEIRO.DE NOSA SNORã  
DA.ANNVMCIADA.A QVE.SEMPRE.TEVE.MVI.PARTICVLAR.DEVA  
CAÕ. E AFEICAÕ.ONDE.TEM.COATRO.IRMãNS.FREIRAS.ACABOV  
SE.ESTA.CAPELLA.NO.ANNO.DE.1622 <sup>(16)</sup>

<sup>(14)</sup> Hieronimo de Mendonça, *Jornada de Africa*, Lisboa, 1785, Cap. VI, Pág. 60.

<sup>(15)</sup> Publicada por Fr. Francisco de Santa Maria, *ob. citada*, L.<sup>o</sup> II, Cap. XXIX, pág. 482.

<sup>(16)</sup> Id.

D. Joana não casou e dedicou-se a obras de piedade. «Fez esta capela» para entêrro dos seus, e instituiu cinco mercearias no mosteiro da Anunciada, de que era muito devota por ser fundação de seu avô materno Fernand'Alvares de Andrade, onde quiz ser sepultada e onde já tinha quatro irmãs professoras: D. Maria de Noronha, D. Catarina de Noronha, D. Brites de Noronha, e D. Margarida de Noronha, soror Margarida de S. Paulo, de cuja «erudição e perícia nas artes» dão testemunho Barbosa e outros autores por êle citados na *Biblioteca Lusitana* (17), e Inocência, no seu *Dicionário Bibliográfico*.

Também lá professara e vivia uma sua irmã bastarda chamada D. Francisca de Noronha.

Uma verdadeira comunidade de Noronhas.

## VI

^  
S.DE.DÔ.FERNANDO.DE.NORONHA.3.CONDE DE LINHARES.F  
DOS.2°.MOREO.A.13.DE.MARCO.DE.1609.FOI.CAZADO.CÔ.D  
FELIPA.DE.SA.F^A.DE.MENDE.SA.CVIAS.F^AS. D.M^A.E.D.VIOLANTE  
DE NORONHA.Ô.TAMBEM.AQVI.IAZÊ.FALECERAÔ.MOCAS  
SEM CAZAR.E.POR.NAÔ.TER.DESÊDENTE,Ô.HERDASE.A  
SVA.CAZA.LHE.FEZ.M.A.MAG^DE.DE.EL.RELD.FÉLIPE.O.3  
POR.SEVS.M^TOS.SERVICOS.E.MERECIM^TOS.DE A PODER NOMEAR  
O Ô.ELE.FEZ.NOS.CONDES.D.MIGVEL.DE NORONHA.E.D  
INACIA.SEVS.SOBRIINHOS.Ô.AO.PRESENTE.A.POSSVEM  
.MORREO.DE.70.ANNOS. (18)

D. Fernando bateu-se em Alcácer Kibir, na *Batalha Real*, como então se dizia, e lá ficou cativo até que, mais tarde, o resgataram. Casara com D. Felipa de Sá, filha de Mem de Sá, que era governador do Brasil, de quem tivera duas filhas chamadas: uma D. Maria, e a outra D. Violante, como a avó, mas que «faleceram môças, sem casar», e foram sepultadas com os pais.

(17) Inocência Francisco da Silva, *Dicc. Bibliogr.*, tómo 6.º.

(18) Publicada por Fr. Francisco de Santa Maria, *ob. citada*, L.º II, Cap. XXX, Pág. 487.

Ficara pois o entristecido conde sem sucessor directo, pelo que requereu ao Rei D. Felipe para que lhe consentisse nomear, entre os próximos parentes, quem mais dignamente lhe continuasse título e casa, mercê que lhe foi concedida, «por seus muitos serviços e merecimentos», como esclarece a inscrição.

A escôlha recaiu em seu sobrinho D. Miguel.

Não murcharia pois êste velho ramo da frondosa árvore genealógica dos Noronhas.

## Conferências na sede durante o mês corrente

---

*Quinta-feira, 9, às 21,30 horas, LISBOA 1870...*,  
pela Ex.<sup>ma</sup> Sra. D. Julieta Ferrão;

*Quinta-feira, 16, às 21,30 horas, ATELIERS  
BASTINI EM LISBOA*, pela Ex.<sup>ma</sup> Sra. D. Maria de  
Portugal e

*Quinta-feira, 23, às 21,30 horas, A NOSSA LIS-  
BOA AMIGA*, pela Ex.<sup>ma</sup> Sra. D. Madalena de Martel  
Patrício.

# Arquivo Geral da Câmara Municipal de Lisboa

## Arquivos Portugueses

Por D. FERNANDO PAES DE ALMEIDA E SILVA

O estudo do Arquivo a que estas notas dirão, particularmente, respeito é difícil de realizar com aquela amplitude e minúcia que um trabalho desta natureza requiere.

Os elementos de que nos podemos servir para o estudo desta instituição, até ao início da fase em que, presentemente, se encontra, ou são omissos sobre a matéria ou sobremaneira complexos, ou, ainda, bastante reduzidos. A-pesar-de tudo, não deixámos de colher o maior número que foi possível encontrar e aqui os passaremos a expôr.

Procuramos, para isso, dar-lhes a melhor seqüência, em que, de uma forma especial, como é natural num estudo destes, nos preocupou a ordenação cronológica dos factos.

É o Arquivo Geral, se não a roda principal, uma das mais necessárias na máquina formidável, designada por

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Sempre disposta a defender a liberdade dos seus munícipes e os privilégios a êles conferidos, nunca abandonou os reis, desde o princípio da nacionalidade, quando se tornou necessário defender a independência da Pátria. Inúmeras seriam as citações que se poderiam fazer des-

tes auxílios, mas, limitar-nos-emos à transcrição de uma carta de D. Manuel, enviada à Câmara, em 1508, e que bem elucidativa se nos apresenta, como justificação do que atrás afirmamos.

Em 1508 D. Manuel, achava-se em Tavira e ali teve conhecimento de que o rei de Fez cercara Arzila, tomada no reinado de D. Afonso V, no dia 21 de Agosto de 1471. Pediu auxílio à «Muy nobre e sempre leal Cidade de Lisboa» e tão pronta e largamente foi servido, que, em 10 de Novembro do dito ano, enviou ao concelho de Lisboa a referida carta, que passamos a transcrever:

«Vereadores Procurador e Procuradores dos Mestres, Fidalgos, Cavaleiros, Escudeiros homens bons, e Povo da nossa Muy Nobre, e Sempre Leal Cidade de Lisboa, Nos El-Rey vos inviamos muito Saudar, nos temos Sabido, e visto por obra com quantas boas vontades, Cuidado e deligencia folgastes de nos Servir asi com vosas pessoas, e homens vossos, como com a gente que Escrevemos a essa Cidade que nos enviaste para Socorro da nossa Villa Darzilla, e posto que nam Menos esperasemos que agora o fizesees pella muito boa vontade que a essa Cidade temos, e asy a cada hum de vos em particular pera folgar de vos fazer merce do que Sempre a Cidade e cada hum daqueles de que desendes e vos em particuar e asy o Povo della o costumaram fazer em todolos Serviços que os Reis nosos antecessores della e de todos vos outros em especial quizeram receber, e com tanto amor e boas vontades Como sempre em tudo com as obras de bons e leaes Vaçallos e naturaes o mostraram nos recebemos com isso tanto prazer como he rezam, e merese a limpeza e desejo de vossos Corasoins, e asy volo gradesemos e recebemos em Serviço, e Certo que ainda que a boa vontade que temos pera todo o bem das coisas dessa Cidade, e melhor Conservaçam dellas, e pera cada hum de vos folgarmos de fazer merce nam possa Ser mayor do que he se com alguma coiza se mais podia acrescentar, foi com esta pella qual e pello que esperamos que essa Cidade e asy todos vos outros em tudo folgareis de nos servir Sempre em nos achares honrra, merce, e fazer como a Cidade e vos outros o mereces, e o requiere a boa vontade que vos temos. Escrita em Tavira, a des dias de Novembro Antonio Carneiro a fes. Era de mil e quinhentos e oito = Rei.»

Remontando aos primeiros reis de Portugal encontramos, também, elementos que nos provam o alto aprêço em que por eles era tida e do carinho que dispensavam a esta instituição para o que basta a designação de «Homens bons», que encontramos no foral de Lisboa, dado em 1179 por D. Afonso Henriques à cidade de Lisboa, querendo referir-se aos mais tade «Alvazis» e hoje vereadores, e, ainda a seguinte passagem de uma carta de D. Sancho I, escrita em Guimarães, em Agôsto de 1204, que passamos a transcrever:

«Saibbades q̃ non he Rey nem principe no mundo q̃ mais possa amar algun concelho q̃ eu vos amo.»

Pelo documento transcrito e citações feitas, bem demonstrado fica o carinho dispensado pelos reis de Portugal ao concelho de Lisboa, carinho êste que se nota através da nossa História, sempre com igual intensidade, respeito e admiração.

De princípio tomavam os encarregados da administração do Concelho, as suas deliberações em reuniões realizadas, perante o povo, ao ar livre, sob a presidência do «Alvazil» mais vélho. Ali eram escutados com a maior atenção e respeito.

Quais os locais onde foram essas reuniões e onde se instalou a Câmara?

É o que vamos procurar enumerar, embora quási esquemáticamente, lançando mão dos documentos que sôbre a matéria nos podem elucidar.

Compulsando vária documentação antiga, encontramos, num manuscrito da era de mil trezentos e sessenta e quatro (Ano 1336) uma passagem que nos indica ter sido, nesta data, a casa da Câmara em frente da porta da Sé.

Desta data partimos, por ser a mais antiga que encontramos, para a actualidade, indicando tôdas as datas e locais que, sôbre a matéria, tivemos a sorte de achar.

Assim principia e nos dá a primeira indicação o documento a que acima fazemos referência:

*«Em nome de Deus Amen. Saibam todos que na era de mil*

*trésentos sessenta e quatro anos, dez dias de Dezembro, na Cidade de Lisboa, ante da porta da Sé, per dante Rui Vasques, Alvazil dos avençais e dos Judeus, em presença de mim, Miguel Pires publico Tabelião da dita Cidade e das testemunhas que adiante são escritas João Martins, Besteiro visinho de Lisboa e Anadel dos Besteiros, mostrou e fez ler e publicar uma Carta de Nosso Senhor El-Rei aberta e aselada do seu sêlo pendente vermelho, da qual o teor tal é:...*»

Pelo estudo da obra «Memórias para a História de Portugal» de José Soares da Silva, impressa em 1730, conclue-se que até ao ano de 1433 não houve mudança de instalação. Em 1481 ainda se mantinha no mesmo local conforme se deduz da seguinte passagem que transcrevemos e se encontra no Auto de Aclamação de D. João II: «... *E logo o dito Senhor Conde levantou a bandeira alta, em cima do seu cavalo, e andou um pouco até à porta principal da dita Sé...*».

Em frente à Sé, como se vê, era a casa da Câmara, mas em péssimo estado de conservação se encontrava. Por a êste mal desejar dar remédio e, ainda, pelo desejo que tinha de, na parte de baixo do dito prédio, mandar fazer a Capela de Santo António, enviou o rei D. Manuel à Câmara, em 1498, a seguinte carta:

*«Vereadores Procurador e Procuradores dos mesteres. Nos El-Rey e Principe vos enviamos muito saudar. A Raynha minha Senhora e Irmã nos escreveo que convinha de necessidade se acodir a obra de Caza da Camera dessa cidade porque se vinha de todo ao chão e corria muito risco as cazas da vezinhança della e que sem embargo de asy ser vos tinheis nisso pejo por o que deixamos ordenado por nosso regimento que se fizesse nos outras obras e porque queremos que à dita Camera se acuda primeiro e se põha logo mão na obra della volo notificamos asy e vos mandamos que sem embargo do dito nosso regimento a manday fazer, e nella sentenda logo, e acabada senão farão outras alguas obras salvo as que temos mandado que se façam e porque debaixo desta Caza como sabeiz havemos de mandar fazer a Cappella de Santo António e que ha de ser de abobeda e queremos que fique logo feitas em arcos de ladrilho a porta e frestas que nesta parede se hão de fixar; e por respeito da obra da dita Cappella podera*

*comprir a dita parede e ficar mais forte. O que nisso se mais despender allem do que se em a dita obra se poderá gastar mandamos aos veedores da nossa fazenda que mandem pagar, e a elles o requerereis, e vos manday fazer a dita obra como fique segura para a obra da dita Cappella, e tomayo em lembrança. Escrita em Saragoça a vinte e oito dias de Julho Antonio Carneiro a fes mil e quatro centos e noventa e oito = Rey e Principe.»*

Como as obras fôsem morosas ou entendesse que demoradas, propositadamente, as tornavam, uma outra carta dirigiu à Câmara, de que, seguidamente, transcrevemos uma passagem, em que faz algumas recomendações sôbre a matéria:

*«.....Item, a obra da Camera havemos por bem que se faça pois della ha tanta necessidade como dizeis, e asy o tinhamos já la escrito a Raynha minha Senhora Irmãa e a vos; Porem porque nos he dito que a obra da dita Caza foy dada dempreitada e o muy pouco que se fez vede se os Mestres que a tomão e que a perda della obrigados e parecendovolo constrangam-se para ello tanto como por direito se deva fazer, e sobre a venda da da porta da entrada da Camera vos escrevey a João Fogaça o que nisso vos parece nos encrevereiz porque a nos em alguma maneira nos parece bem. Item, da obra-da padaria..... Escrita em Saragoça a vinte dias de Agosto Antonio Carneiro a fez mil e quatro centos e noventa e oito..... — Rey e Principe.»*

A administração da citada Capela de Santo António era feita pela Câmara Municipal de Lisboa, encargo êste tomado por influência de D. Afonso V e legalizado por escritura de 18 de Novembro de 1471. Esta capela recebeu da duquesa Izabel de Borgonha o dote de duzentos e vinte e quatro mil e duzentos reais, para serem convertido em bens de raiz.

# Velhas casas de Lisboa

POR FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

I

## A casa em que nasceu o beato João de Brito

(Continuado do n.º 17, págs. 30)

Ora, o Sr. Conde da Figueira, homem da maior probidade e honradez, não era pessoa para asseverar coisa de que não tivesse inteira certeza e conhecimento e a nós apraz-nos escrever aqui estas palavras de justiça à memória do ilustre falecido. De resto, isto mesmo escrevemos ainda em vida do ilustre titular (Vid. *Brotéria*, vol. XXIII, Fascículos 2-3, Agosto-Setembro de 1936, págs. 131 a 134).

Seria pois, é lícita a pergunta, por essa abertura que se nota no fundo da chaminé referida a continuação da passagem interior para o Castelo de S. Jorge?

Na sôbre-loja admiram-se ainda alguns azulejos muito curiosos.

---

### DOCUMENTOS

#### 1.ª SÉRIE DE DOCUMENTOS

(Fol. 1) Certidão de aforamento das Casas ao postigo de Santo André feito por P.º do Rego Pereira no ano de 1610 a André Lopes Franco e da renovação do mesmo aforamento em 1643 por Jorze do

Rego ao D.<sup>or</sup> Duarte Alves de Abreu em nome de sua mulher D. Maria Machada que fôra veuva de Bento de Baena Sanches.

Domingos Luiz de Oliveira Escrivão proprietario dos Aggravos e Appellacões sives dependentes deles nesta Côrte e Casa da soplicação, e n'ela de todas as Cauzas das Conservatorias dos Estrangeiros e preveleguiados e dos Aggravos ordinarios que vem da Conservatoria da Universidade de Coimbra etc. Certificuo e faço fêe que em meu poder e cartorio ao presente estão huns Autos findos que se entetulão pela maneira seguinte.

Tittullo dos Auttos

Autto sivel êntre partes Donna Mariana de Abreu Rego Contra Francisqu de Baena Sanches e sua molher.

E nos dittos Auttos ás folhas vinte huma está huma escretura que é do tior seguinte.

Escretura fls. 21.

(Fols. 1, v.) Em nome de Deus Amen. Saibam quantos este Contracto de dezistencia e trespasasam de dereito Aforamento novo em vida de trez pessoas virem que no anno do nasimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e trez ao deradeiro dia do mes de Setembro na cidade de Lisboa e extra muros della na Cotovia Freguesia de São José nas casas e quinta de Fernão pereira de noronha fidalgo da Casa del Rey Nosso senhor estando este ahi Presente e Dona Joanna de Andrade sua Molher e bem assim estando presente Pero do Rego Pereira, fidalgo da Casa do dito Senhor morador na sua quinta de Calvana freguesia do Lomiar, termo desta Cidade, de huma parte e da outra estando presente Andre Lopez (Fls. 2) Andre Lopez franquo mercador de Madeiras e morador nesta Cidade ao Caes da Madeira e por Elle pedro do Rego Pereira em seu nome, e em nome de Donna Mariana Pereira sua molher cuja outorga e consentimento se obrigou dar a este Contracto por termo que se fará ao diante digo que se fara e andarã incorporado em elle e nos treslados que da mesma emanarem foi dito em presensa de mim tabaliam e testemunhas ao diente escritas que é verdade que amtre os mais Beins e proprihadades que pertensem ao seu Morgado que emstetuhio o Doutor João do Rego seu Bisavo asim sam huns par-dieiros e Casinha de taipa muito velhos que estão nesta cidade ao pos-

tigo de Santo (fls. 2, v.) ao postigo de Santo André junto ao muro da Cidade da Banda de dentro que partem de huma banda com muro e da outra banda com casas das merseheiras de Santo André as quais casas estão repartidas em trez moradinhas com o seu quintal e assim outra moradinha de casas que estão no adro da dita Igreja de Santo André que partem de huma banda com casas das ditas merceeiras e da outra com casas que foram de João Dias carpinteiro e por de tras parte o quintal das ditas casas com muro e com outras confrontações pelo que de direito devezem e aja de partir e porque as ditas casinhas estam a mor parte delas em pardieiros e outras muito velhas de taipa e pequeninas e por assim (fls. 3) E por assim serem não tem reparo algum salvoo redificandose todas de novo e lhe rendem quaise nada e por elles de presente não poderem redéfiquar as ditas casas nem fazer nos ditos pardieiros obra alguma estando concertados para aforar os ditos chãos e pardieiros e casinhas atraz declaradas e comfrontadas aos ditos fernão Pereira de Noronha e Donna Joana de Andrade sua molher con foro de synquo mil reis em cada hum Anno em vida de três pesoas acharão que o não podiam fazer por quoanto a Instutuição prohibia o tal aforamento porque não dava poder para que o adeministrador do dito morgado podello aforar os bens do dito morgado mais que em huma só vida que portanto elles Pero do Reguo e D. Mariana Pereira (fls. 3, v.) Mariana Pereira sua molher fizeram petição a El Rey noso Senhor em que lhe pediam que por quoanto as ditas casinhas e Pardieiros lhes não rendiam case nada e o dito Fernão Pereira de Noronha lhe pedia que lhe aforaçe os ditos chans e pardieiros e casinhas para nos chaos dellas fazer bemfeitorias uteis e Proveitosas comtanto que o tal aforamento fose em vida de trez pesoas com o dito foro de cinco mil reis cada ano e por as mais obrigasois de direito pedia a sua Magestade que havendo respeito ao dito Aforamento ser em utelidade do ditto morgado e ademenistradores delle pello pello qual que teriam do dito foro e laudemios que poderiam ter quoando esas casas e bemfeitorias que se nos ditos pardieiros e casinhas nelas fisesem vendesem por quoanto nam (fls. 4) Porquoanto não avia pesoa que por huma só vida quisesse nelas gastar cousa Alguma na qual petição se lhe deu despacho porque se lhes mandaria que emformase o provedor das Capellas desta cidade e com a Imformasam do dito Provedor ouve sua Maguestade por bem de lhe dar licença para que elle

Pedro do Rego pudese aforar os ditos pardieiros e casinhas ao dito fernão Pereira nas ditas tres vidas que sam duas vidas mais do que conforme a dita Instituição elle Pedro do Rego o podia fazer derogando a prohibiçam da dita Instituição e pello dito foro de sinquo mil reis cada anno que o dito fernão pereira lhe dava e isto sem embargo da dita prohibição e clausulas da dita Instituição e de qualquer desposição de direito comum em com (fls. 4, v.) comum em contrario por constar pella dita emformação do provedor não serem as ditas propriedades no estado em que estavam nenhuma redeficção proveitosa nem reparo se nam fisessem de novo por serem todas muito velhas e pequenas e estarem cahidas o que elles Pedro do Rego Pereira e sua molher não podiam de presente fazer e não aver quem lhas quisesse aforar em huma só vida segundo melhor e mais compridamente era conteudo e declarado no Alvara que sua Magestade lhe mandou pasar que presentaram perante mim tabalião e testemunhas que estava pasado pella chancelaria cujo treslado de verbo ad verbum sera ao diente e andara emcorporado nesta escretura e nos treslados que da notta emanarem (fls. 5) que da notta emanarem dizendo mais elles fernão Pereira de noronha e sua molher que he verdade que o dito Pedro do Rego lhe requereo que elle lhe queria aforar os ditos pardieiros e propriedades atras declaradas e confrontadas com o dito foro de sinquo mil reis cada anno conforme a provisão de sua Magestade atras referida e que ao diente como ditto he hade hir tresladada, e que elle Pedro do Rego queria cumprir com elles a promessa e concerto que entre elles verbalmente estava asentado que elles nam neguavam mas que por quanto tinham empregado seu dinheiro em outras propriedades que hiam fabricando refazendo de novo que portanto nam podiam selebrar o dito contracto nem aseitar o dito aforamento mas que elles (fls. 5, v.) mas que elles lhe davam pessoa edonea e rica e abastada que lhe tomasse as ditas propriedades de aforamento com o dito foro nas ditas tres vidas e assim de maneira que elles lhos davam a elles fernão Pereira de noronha e donna Joana de Andrade a qual pessoa era o dito Andre Lopes franquo que presente estava que loguo com muita brevidade se poria a fazer nas ditas propriedades todas as bemfeitorias de que os chaos das ditas propriedades forem capazes e que para esse efeito por este Instrumento elles fernão Pereira de noronha e Donna Joanna de Andrade sua molher por este presente Publico

Instrumento demitem e de feito demitiram livremente de todo e qualquer direito e ajam pertensam que nas ditas propriedades atras declaradas pella promessa que o dito Pedro do Rego (fls. 6) o dito Pedro do Rego e sua molher lhes tinham feito de lhas aforar e por vertude da Provisam de sua Magestade tinham e podiam ter por qualquer via titullo e rezão que seja e com todo o trespasasam e sedem no dito Andre Lopes franco e ham por bem e lhes pras que elles Pedro do Rego e donna Mariana Pereira sua molher as aforem ao dito Andre Lopes nas ditas tres pessoas com o dito foro atras declarado e assim e da maneira que lhes ouveram de Aforar delles fernão pereira e sua molher e com a mesma obrigasam de nas ditas propriedades fazer bemfeitorias uteis e proveitosas e prometem e se obrigam de en todo o tempo lhe ter e manter e fazer boa esta desistência e trespasasam de direito e de nunca irem nem virem contra ella por nenhuma resão (fls. 6, v.) Por nenhuma resão que seja de peito feito ou de direito sobre previa obrigasam que para iso fasem de suas pessoas e Beins avidos e por aver que para iso obrigam e pello dito Pedro do Rego Pereira em seu nome e da dita sua molher pelo dito Andre Lopes foi dito que elles aceitam a dita desistensia sesam e trespasasam do direito que lhe asi fazem elles Fernão Pereira de Noronha e Donna Joana de Andrade sua molher e usando della dise elle Pedro do Rego Pereira que elle em seu nome e da dita Donna Mariana Pereira sua molher e como legitimo ademenistrador que era do ditto morgado do ditto Doutor João do Rego seu bisabo e por vertude do ditto Alvara de sua Magestade por este presente Publico Instrumento de sua boa e livre (fls. 7) Boa e livre vontade aforava e de feito aforou ao ditto Andre Lopes Franquo todas as ditas casinhas par-dieiros e seus chaos e quintais atraz declarados e confrontados entrando neste aforamento as ditas casinhas do dito João dias carpinteiro de que se lhe pagou sincoenta reis de foro e assim e da maneira que tudo pertence ao dito morgado com todas suas entradas saidas direitos pertencas serventias e . . . e logradoros e assim e da maneira que lhe pertence tudo como legitimo ademenistrador do dito morgado e isto em vida de tres pessoas e mais nam Con tal declarasam e entendimento que elle André Lopes franquo seja ao Praso das ditas propriedades todas e das bemfeitorias que nos chaões delles fizer a primeira pessoa e até ora de sua morte (fls. 7, v.) E até ora de sua morte poderá nomear a segunda

pesoa e a segunda pessoa até ora de sua morte poderá nomear a terceira pessoa de modo que no praso das ditas propriedades sejam tres pessoas e mais não e com tal condisam e obrigasam que elle Andre Lopes franquo e as ditas pessoas foturas daram e pagaram a elle adeministrador do dito morgado e os seus subseores de foro em cada um ano a quantia de cinco mil reis em dinheiro de contado em boa moeda de prata corrente deste reino a saber a metade por dia de natal de cada um ano e a outra ametade por dia de São João de cado um ano durante as vidas deste contracto e a primeira pagua do dito foro do que montar por raza hoje feitura deste instramento athe dia do natal primeiro seguinte pagará elle Andre Lopes a elle pedro do Rego e a segunda por dia de São João (fls. 8) Por dia de São João Bautista primeiro seguinte do ano que em ora virá de mil e seisentos e quootro e dahí em diente lhe faraõ pagamento do dito foro duas pagas Iguais tanto em uma como em outra e fazendo elle Andre Lopes franco o contrário o pagará daí em diente com todas as custas despesas perdas e dannos que elle senhoris por iso fizer e receber que será liquido pello juramento delle admnistrador e de seus sobseores, ittem com tal condisão e obrigacão que ele André Lopes franco começará logo a edeficar nos chaus das ditas propriedades casas de pedra e cal como melhor e mais fortes e seguras lhe parecer a ele foreiro e pessoas foturas de modo que nos primeiros (fls. 8, v.) Que nos primeiros tres anos esteja tudo edificado feito e acabado sem dilação alguma, e grande ittem e condisão deste contracto que elle foreiro e as pessoas foturas traram sempre as ditas casas e bemfeitorias que nos ditos chaus e propriedades forem casas moradas e povoadas de modo que todo ande sempre melhorado e não peyorado e sendo como o que Deus não permita que as ditas casas e bemfeitorias que nas ditas propriedades destes chaus dellas paresam por Agoa fogo terremottos e por outros quaesquer casos foturos, e não fortuitos que haver posam cuidados e não cuidados posto que nunca acontesem que ele foreiro e pesoas foturas sejam obrigados (fls. 9) Sejam obrigados a logo tornar redificar todas as ditas bemfeitorias e casas que nos ditos chaos se obrigam fazer de todos os materiais e com os nesesarios á sua custa e despesa delle foreiro e pesoas foturas e tornaram tudo ao ponto estado em que que estava dantes que as ditas casas ou . . . acontesem. Ittem que elle foreiro e pessoas foturas não poderam vender trocar nem escam-

bar nem por outra alguma via enlhear as ditas propriedades e bemfeitorias que são obrigados fazer nos ditos chaos nem por outra alguma via os alienar com pesoa alguma e quando os vender quizesem o fazem a saber aos ademenistradores e Pesoas futuras sobseçores se as querem pello preço que outrem por ellas der as tomem para si em anos ha (fls. 9, v.) em anos a corentena e não os querendo antão as pederão vender com sua expresa licença delle ademenistrador e de seus sobseores mas a tal pesoa que não fará das pesoas devesas em derecho mas a tal pesoa que bem pague o dito foro e compra e guarde as condições deste contracto e do preso porque as venderem averão elles senhorios a corentena por resão de seu laudemio e . . .

(Continua)

---

## ACÇÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» DURANTE O ANO DE 1941

---

### SECÇÃO DE ESTUDOS CULTURAIS E DE PROPAGANDA

#### VISITAS DE ESTUDO

Por êrro tipográfico não foi mencionada na respectiva Secção, no último número de OLISIPO, a visita de

7 de Dezembro — *Á Imprensa Nacional*, dirigida pelo Sr. Norberto de Araújo.

# Aguarelas de Lisboa

CONFERENCIA REALIZADA NA SEDE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»,  
EM 24 DE ABRIL DE 1941

POR JOSE' DIAS SANCHES

(Conclusão)

**A**PÓS estas palavras proferidas pelo 1.º Rei de Portugal, sonhamos ver êsse grande quadro assim pintado:

As vigias, coroadas por ameias, do velho castelo, chamejam sob o sol que lhes empresta uma avermelhada cor. As casas da moirama de expressões doentias, parecem debandar, tímidas e espavoridas. Ha montes de pedregulhos junto à muralha. Ha no físico daquele cenário, a expressão duma alma que lutou até á ultima gota de sangue.

A cidade moura, onde os terraços se veem descarnados pela luta, onde os minaretes se veem esquelecticos pela fome, olha aterrorizada o cenário que a rodeia, ouve tímida vozes nunca ouvidas, sente a tristeza duma rendição nunca sentida!

As portas da muralha abrem-se como francos corações dilacerados em peitos rasgados. São braços abertos a acolherem os seus novos amigos, os heroes da Lusitania. Pela encosta do monte pedregoso, entre o povo, guerreiros e monjes, sobe compassadamente a procissão.

Veem bispos com giões de fé, o Rei alçando sua espada de vencedor, oficiais com bandeiras vitoriosas, soldados com armas de heroes, o povo com coração de patriota.

Tudo deslisa pela ladeira do Castelo. As ordens guerreiras são substituidas por liturgicas preces resadas em vós alta.

A muralha rôta e ferida pela peleja, circunda aquele grande cenário, como corôa de espinhos, transformada em corôa de rosas a engalarnar aquela hora solene, aquela procissão de fé, aquela entrada triunfal naquele enorme calvário, naquele campo de batalha.

Alguns dos mouros, olhares vêsgos e receiosos como que obrigados pela inesperada sensação que lhes inspira aquele místico espectáculo ajoelham. Ha lagrimas de pura fé religiosa que brotam dos olhos, enviadas por corações, ha impetos de rudeza propios de sentimentos guerreiros, mas ha acima de tudo a fé que transparece nas fisionomias, a fé dos portugueses que alvejava naquela hora, como promessa de grande luz que havia de iluminar a esteira dos horisontes.

Ao longe luzem armaduras a pé e a cavalo, luzem lanças e brilham bandeiras e estandartes, como motivos ornamentais dos ultimos planos daquela magna apoteose, que se converteu em cena de abertura dum reinado, duma história, duma Patria.

E assim aquele grande cortejo entrou pausadamente no campo conquistado, coração de Lisboa. E chamo-lhe coração porque foi o primeiro orgão que se gerou nesta terra de tranças d'ouro. Foi ali naquele sitio que as suas pulsações tiveram inicio, e começaram a ser escutadas como toque de alvorada para os que de aviso estavam prontos a liberta-la do jugo mosárabe.

Essa procissão ainda se realizou durante alguns anos como determinara o 1.º Rei de Portugal. Mas em 1575, a 29 de Setembro, D. Sebastião declarára á Camara que a referida procissão já não se efectuava ha bastante tempo, convidando assim a sua continuação.

Os anos passavam e, como diz Mestre Júlio de Castilho, «em consequência dessa instante carta, que na sessão de 20 de Outubro do dito ano 1575 assentaram os senhores, Presidente, Vereadores, Procuradores e Mestres, que no dia 25 do mês de Outubro se faça em cada um ano procissão solene da Sé desta Cidade a S. Vicente de fora, em que irá a Cidade com os cidadãos dela, com as suas varas e a bandeira da Cidade como está por ordenança ir nas outras procissões em que a dita bandeira vai.»

Assim voltou a realizar-se por muitos anos esta solene procissão comemorativa da conquista de Lisboa, além de outra que no dia 13 de Maio de cada ano se efectuava, desde a Sé até à Igreja da Senhora dos

Mártires, ao tempo para o sítio da actual Rua do Ferregial de Cima, antigamente chamada Rua Direita dos Mártires.

Comemorando os santos mártires e aqueles que morreram na tomada de Lisboa, esta procissão seria em épocas bem afastadas, mais ou menos o que diz Frei Apolinário da Conceição no seu trabalho intitulado *Demonstração historica da primeira e Real Parochia de Lisboa N.ª S.ª dos Mártires*, publicada no ano de 1750, pág. 220:

«Para a sua celebridade na manhã do dia de N.ª Senhora dos Mártires (que é a 13 de Maio) se congregava na Metropolitana Igreja desta Cidade, hoje Basilica de Santa Maria Maior, o de que se compoem a Procissão, e saindo à hora costumada, vinham em primeiro lugar onse bandeiras de damasco carmezim, umas bordadas e outras lisas, e por ultimo a de S. Jorge que é de tela branca com cruz encarnada; e franjas de ouro; cujas bandeiras pertencem às seguintes Irmandades.»

A primeira, que é de S. José assim como a ultima he a de S. Jorge, que de mais não seguimos ordem de preferênciã tem seu assento na Parochial Igreja da invocação do mesmo Santo Patriarca. Santo Antão sita no Collegio dos Padres da Companhia de que é orago o mesmo Santo. N.ª Senhora das Candeias na Paroquial Igreja de S. Julião. S. Miguel, etc.

«Depois das bandeiras vão as Comunidades que terminavam com trez Padres paramentados; depois dos quaes continua o illustre Senado da Camara com estandarte Real, de tela branca de que usa, seguindo-se-lhe os Ministros de Justiça, Cidadãos e povo. Desta forma se encaminhava a procissão da catedral até à Igreja dos Martires.»

Esta festa tão evocativa teve sempre uma pontual execução até ao ano de 1716, em que uma bula do Papa Clemente XI dividiu o Arcebis-pado de Lisboa em Oriental e Ocidental, confirmado por Alvará Real de 15 de Janeiro de 1717. A Lisboa Oriental tornara-se independente da Lisboa Ocidental, e por isso, como diz Frei Apolinário da Conceição no seu referido trabalho em pág. 222 — «ficou a Igreja dos Martires, na Cidade Ocidental e proibida a Oriental de poder vir como até ao ano de 1716, havia vindo em procissão todos os anos a festejar a Senhora dos Martires na sua Casa.»

Foi o Papa Benedicto décimo quarto, quem extinguiu a bula do seu

antecessor sobre a divisão arcebispal da Cidade de Lisboa, no dia 13 de Dezembro de 1740 e que só foi executada em 1 de Setembro de 1741, até que o Rei D. João V por alvará de 2 de Janeiro de 1748 deu plenos poderes ao Cardeal Patriarca de Lisboa que era D. José Manuel da Câmara, para administrar os rendimentos da Santa Igreja, que então abrangia toda a cidade Oriental e a Ocidental até às Portas de Alcântara.

De novo se procedeu aquela procissão, que tanto de tradicionalismo possuía, e tão evocativa era para todos os lisboetas.

Parece-me que desta vez as côres vigorosas de Frei Apolinário da Conceição traduziram melhor essa linda cena de rua, do que se fôsse eu que pretendesse esboçar êsse motivo, essa aguarela Lisboeta.

E quantos outros quadros da vida bairrista, não nos dariam belos cartões aguarelados. Os peditórios para as almas, os têrços, em que os irmãos das confrarias a passo travado pediam pelas ruas esmolos para a festa, o peditório da Semana Santa e até os próprios funerais nos dariam característicos quadros da vida dntem.

Por um documento que possuo datado de 18 de Julho de 1604, se ajuiza como seria o funeral dum dos irmãos da Confraria do Santissimo Sacramento da Igreja de Santos, o qual custou quatrocentos reais, e que seria provávelmente o que se chama hoje um «belo entêrro de primeira classe».

Tudo que passa, deixa na estrada da vida, rasto, por onde passou, e assim são os documentos bem velhinhos o mais mítido rasto do passado, que ao presente, de voz mui sumida, falam com sinceridade, contam como amigos, pintam como artistas cenas doutras épocas, lembranças doutras vidas!

Continuemos a aguarelas dessa Lisboa já muito diluída na água, em que se esfuma no horisonte, como se a patine tivesse fundido os contrastes de côr, tivesse amortecido o vigor da técnica, tivesse empaldecido a expressão risonha e saudável desta terra à beira rio plantada.

É nas ruas da cidade, que continuamos a pintar as aguarelas lisboetas.

É nas ruas que copiamos a vida regional, vida popular, aquela vida que se aglta como nervos duma terra que trabalha de sol a sol.

As feiras de Lisboa são belos modelos, são óptimos motivos para hoje reconstituirmos, como admiráveis quadros bairristas, a-pesar dos escassos informes da sua história nos impedirem uma visibilidade lucida e definida.

Estamos vendo o que seria o cenário da mais remota feira lisboeta, junta à doirada muralha do lado sul do Castelo, ali no campo ainda chamado da feira, amparada por aquelas sagradas paredes que perpetuam a imortalidade de Afonso Henriques. Estamos vendo sôbre terrenos pedregosos, gentes de diversas espécies, mercadejando nas suas tendas improvisadas, fazendas de humilde fabrico, como humildes eram os que as vendiam, ferros, vidros e farrapos, como desprezadas almas esfarrapadas, quasi que sem vida, quasi que sem préstimo para coisa alguma. E assim a mais velha feira de tôdas as feiras lisboetas, teria sido vizinha do Castelo de S. Jorge.

Mais tarde, D. Afonso III autorizou que a feira se fizesse, próximo ao Paço de S. Bartolomeu onde então residia o monarca, até que o município discordou d'aquela cenário de miséria, junto ao Palácio Real, decretando em 7 de Março de 1311 a mudança da feira daquele local para onde muito bem aprovesse.

Neste ano reinava já D. Denis, o qual por carta, ordenou: «que a feira se efectuasse em cada uma semana por dia, como era costume em tempos de seu Pae e seu Avô».

Tenho também notícia dêste tradicional mercado ter tido pousada sob umas arcarias do Paço da Ribeira, para onde se mudou no século XVI.

Mas já em 1610, no livro de posturas da Câmara, relativo àquele ano, vem uma referência á feira da Ladra ou mercado semanal no Rocio.

Então essa feira já diferente das suas antecessoras, com seus trapos e cavalgadas, seria como a descreve Frei António do Rosário na sua obra publicada em 1688 com o título *Feira Mística de Lisboa*, em que diz:

«A feira de Lisboa não se faz muito longe da capela da Senhora do Rosario, a cujo titulo se dedica a travessa; defronte do insigne templo de Nosso Padre São Domingos, a onde se venera com geral e especial devoção, a celeberrima imagem da Virgem do Rosario, se faz todas as terças feiras a feira de Lisboa» etc.

Velo o Terramoto de 1755 e o Marquez de Pombal acabou com a feira no Rocio, para ser vista mais tarde junto ao Palácio dos Duques de Cadaval, até ao Largo das ervas hoje Praça da Alegria. Ao que parece esta vizinhança pobre e decrepita, mau efeito produziria ao Passeio Público onde se juntava a aristocracia da época, onde os figurinos da última moda eram exibidos pelo elegantismo do tempo, até que por um edital de 18 de Março de 1823 a pobre feira foi transferida para o Campo de Sant'Ana onde permaneceu apenas quatro meses, regressando ao sítio próximo do Passeio Público, até que de novo em 1835, por edital de 27 de Abril voltou para o Campo de Santa Ana, até que foi parar ao Campo de Santa Clara onde ainda se efectua hoje todas as semanas.

Acabamos de seguir as várias trajectórias da da feira da Ladra dentro das ruas e Campos de Lisboa.

Todos a empurravam, todos se afastavam dela excepto aqueles que buscavam nelas coisas despresadas e esquecidas, à espera dalguem que as reanimasse com um coração apaixonado por velharias.

A Feira da Ladra, como vimos «é mais velha que a sé de Braga» é portanto uma feira de cabelos brancos, pobre e decrépita; mas mais alfacinha que as próprias alfaces lisboetas.

Como devia ser interessante a feira quando se albergou no Rocio, a feira do século XVIII — E mais tarde com o terramoto o que ela não teria à venda! Talvez que nessa altura a significação do seu nome fôsse mais bem adequado do que até ali; mas seja qual fôr a etimologia da palavra, a feira da ladra é sempre típica é sempre nova.

Vamos até lá, e o que vemos? Gente pobre ganhando o pão do dia com bugíngangas de toda a espécie. Dum lado à beira do passeio, ferros velhos, mercadejando antigos candeeiros de azeite, lanternas, candeias, almofarises, tinteiros em latão, tachos de cobre, etc., uma série de objectos desprezados pela vida d'hoje.

Do outro lado vendedores de bíblias velhas, como velha é a sua história. Trapeiras esfarrapadas vendendo farrapos de panos que outrora tiveram vida e deram essa vida a muitas almas esfarrapadas. Tudo, um pouco ali se encontra: chapéus desusados dos nossos avós, faianças desirmanadas e defeituosas, botas, umas que não cabem nos pés de

ninguém, outras que servem para tôda a gente, retratos de heróis desconhecidos, bancos e cadeiras sem pés nem cabeça, fraques de pano e de cabedal para jumentos, etc, um espólio de pelintra alfacinha, que passou tôda a sua vida numa água furtada, como gaiola, onde só havia um pobre poleiro e um minúsculo bebedeiro para se lavar.

A feira da Ladra ainda possui o perfume, não do bafio impregnado no calçado ou nos trapos, mas sim dum passado tempo, em que Lisboa a teve junto à muralha do Castelo, alegre e saltitante, a teve junto ao Paço Real, zaragateira e barulhenta, a teve no Rocío dos Estaus, movimentada e alegre, e junto ao Passeio Público, desdenhosa e zombeteira das franças e tafues, dos peraltas e sécias que se perdiam de amores, naquele parque de Lisboa, naquele paraíso da moda, recanto da aristocracia, patíbulo dos figurinos excêntricos e indecorosos.

E quantas outras feiras se não viram em Lisboa através dos tempos?

Quantas dessas cenas de rua não nos dariam para tantas outras aguarelas de Lisboa, em que o portuguezinho de alfôrge recheado vinha de longe vender o amanho das suas courelas, o produto das suas fazendas.

Ali o trajo popular era exibido numa diversidade de costumes que seria o bastante para colorir o quadro, a cena ao ar livre.

As feiras principalmente no século XVIII, começavam a andar no rasto das crenças relegiosas.

Inesperadamente surgia uma aparição. O povo em massa corria ao local, os padres e frades rezavam, o povo ajoelhava, enquanto que os feirantes esfregavam as mãos de contentes, pelo bom negócio feito durante aquelas horas de fé.

Mal surgia no coração do povo, a crença por algum santo que o encaminhasse a qualquer sítio milagroso, como peregrino devoto, logo os feirantes engenhavam a feira, com processos que prendessem êsse povo alegre e folgasão, com barracas de comes e bebes, divertimentos vários, venda de louças diversas, frutas gado e criação, ensuma tudo que os peregrinos podessem ali comprar, não só por virem muitas vezes de sítios pouco fertéis, como por melhor escolherem ali, com abundância e variedade.

Assim tiveram início nos arredores de Lisboa do passado, que fazem parte integrante da Lisboa do presente, parte das feiras e mercados anuais.

Em meados do século XVI, começou-se a falar no aparecimento duma imagem sôbre uma fonte próxima ao rio de Alcântara.

O povo então atormentado pela peste de 1569 acorrera apressado ao local, banhando-se na água milagrosa que brotava dessa fonte, em busca dum alívio.

Ao que parece, segundo a lenda que vem de bôca em bôca, de século para século a Imagem da Santa após a primeira aparição, como o diz Ribeiro Guimarães no seu *Sumário de Varia Historia*, surgiu em casa dos proprietários da Quinta, ao tempo o Conde da Ilha do Príncipe, D. Luiz Carneiro, até que novamente a referida imagem apareceu sôbre a fonte, falando a uma ingénua garota, e dizendo-lhe que se levantasse ali uma ermida sob a invocação da Senhora dos Prazeres.

Fôsse como fôsse, o facto é que se construiu uma modesta ermida próximo à fonte Santa.

A lenda dominara o espírito do povo, e êste sentira, quando da referida peste, o prazer das suas melhoras, naquele alto sobranceiro à Ribeira de Alcântara.

Tudo isto foi motivo de reconhecimento à Senhora dos Prazeres, de tal forma que todos os anos, a seguir ao domingo de Pascoela, se efectuava a procissão com a Santa, desde a paroquial igreja de Santos até ao alto dos Prazeres. A esta festa se juntaram feirantes como de costume. Ali, naquele alto que olha para tôda a Lisboa, se levantaram barracas com comes e bebes, com divertimentos, com venda de louças, em suma, era uma verdadeira feira alfacinha, onde não faltava desde a água fresca ou capilé até ao tremôço saloio ou fava frita.

O último senhor da Quinta da fonte Santa foi José Maria Salema Garção, até que no ano de 1833 se instituiu o Cemitério dos Prazeres, que só se inaugurou passados dois anos.

Mas a feira regionalista e tradicional continuava a fazer-se todos os anos, cheia de alegria, cheia de vivacidade, junto à cidade dos mortos, até que por decreto de Abril de 1851 esta feira alfacinha se mudou para o largo das Amoreiras. Porém, ali, junto ao aqueduto das águas

livres, poucos anos se manteve, até que foi transferida em 1865 para o largo da Patriarcal Queimada e daí de novo para as Amoreiras, logo que se procedeu ao ajardinamento da Praça hoje chamada do Rio de Janeiro.

Que curioso não seria êste motivo para uma outra aguarela de Lisboa?

Onde após as preces, bebiam e bailavam como belos bailarotes, de borracha à cinta e de bandurra nas unhas, em descantes ao desafio, em grupos, de raparigas como ramalhetes de flores do campo, a perfumarem a feira o arraial a romaria.

Porque o alfacinha melhor que ninguem soube emprestar a essas cenas de ar livre uma vivacidade própria de quem diz e sente :

«Haja saúde e dinheiro para vinho», «tristesas não pagam dívidas».

Tudo isto são belos assuntos para serem aguarelados, já mesmo sem falar nos velhos mercados ao ar livre que se faziam em Lisboa, os mercados da fruta, do peixe, da carne, etc., em que já o espírito ganancioso do comerciante invadia ousadamente a algibeira do comprador com o aumento dos géneros, com a deficiência no pêso ou na medida. Por isto já no ano de 1535 o povo apresentava ao Rei, em côrtes de Tôrres Novas, uma súplica (que hoje seria cabido repetir), sôbre aquele abuso, nos seguintes têrmos :

«E pedem a V. Alteza haja por bem mandar que em todos seus Reynos, nas Cidades e Villas principais, por bom regimento da terra que todo o pescado fresco e sêco, se venda a pêso e assim o pão cozido e todas las couzas de mantimento que a pêso se possam vender como se faz nos outros Reynos e atalhar-se-á a muitos enganos que se fazem ao povo, e é menos fadiga aos almotacéis.»

Neste sentido o Marquez de Pombal também olhou para os mercados lisboetas, em defesa do povo.

Em suma, quantas mais aguarelas de Lisboa poderíamos pintar? Talvez um número sem conta, porque os mesmos assuntos multiplicam-se de ano para ano com aspectos diferentes, mas ficará o resto para outra vez, seguindo o velho ditado: «Não morram os homens, que as ocasiões não faltam».

Sômente me resta agradecer a paciência com que me aturaram,

nesta excursão à Lisboa do passado, para que vos desafiei, a-pesar-de vós serdes os mestres e eu o discípulo.

No entanto, sempre a minha amizade por Lisboa, nunca se arrependeu de vagabundear por estes caminhos, cheios de curvas e de precipícios.

Mas sòmente documentos originais e inéditos me levam de braço dado, a pisar o terreno que surge na frente, me amparam nesse campo ulissipógrafo iluminando-me hora a hora, dia a dia, na escrupulosa observação do passado ao fazer a sua história, sem me esquecer seja quando fôr de citar êsses preciosos subsídios, como apoio duma escada que se levanta, como base duma coluna que se ergue. Assim tenho a consciência tranqüila de que não me iludo nem muito menos o público que me escuta com paciência, mas que certo compreende minha vontade de acertar.

Tenho dito.

---

---

## PÉROLA DO ROCIO, LDA.



Casa especializada em Chá,  
Café, Bolachas, Bombons  
e Chocolates

**ENVIO DE ENCOMENDAS**

**Para todo o País e Estrangeiro**

Rocio, 105-Lisboa

TELEFONE  
**2 0744**

---

---

# AMIGOS DE LISBOA

## Edições do Grupo, limitadas e algumas quasi esgotadas

Preço de venda para os sócios      Preço de venda para o público

Noite de Evocação do Café Martinho (*esgotado*)  
Noite de Evocação do Leão de Ouro . . . . . 5\$00 7\$50

### NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia de S. Vicente.  
Edição vulgar . . . . . 5\$00 6\$00  
Edição especial . . . . . 12\$00 20\$00

Urbanização de Lisboa . . . . . 2\$00 3\$00

### LUIZ MOITA

Ermida de Santo Amaro . . . . . 6\$00 7\$00

### EDUARDO NEVES

Ruínas do Carmo (*esgotado*)  
Igreja da Penha de França (*esgotado*)  
A Faculdade de Medicina . . . . . 4\$00 5\$00

### MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

Igreja da Conceição Velha . . . . . 2\$00 3\$00  
A Igreja e o Convento da Graça . . . . . 5\$00 7\$50

### ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (SIDÓNIO MIGUEL)

A Igreja e o sítio de Santo Estêvão . . . . . 4\$00 5\$00  
Ronda e Silva de Lisboa Velha . . . . . 8\$00 10\$00  
O Campo de Santa Clara . . . . . 4\$00 5\$00  
Bagatelas do tempo vário . . . . . 8\$00 10\$00

### Arq. ANTONIO DO COUTO

A Igreja do Menino de Deus . . . . . 4\$00 5\$00

### LUIZ CHAVES

Lisboa no Folclore . . . . . 4\$00 5\$00

### RUY DE ANDRADE

Alfredo de Andrade e alguns problemas de edilicia citadina . . . . . 4\$00 5\$00

Olisipo. De 1 a 18. Cada número . . . . . 2\$50 7\$50

### HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett . . . . . 4\$00 5\$00

### ALFREDO DA CUNHA

«Olisipo» Berço do Periodismo Português 4\$00 5\$00

## Edições consignadas

Preço de venda para os sócios      Preço de venda para o público

### LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina . . . . . 6\$00 7\$50  
A Rua das Canastras . . . . . 6\$50 8\$00  
Crítica, Correções e Aditamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado — do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário) . . . . . 4\$00 6\$00  
Noticias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé. . . . . 6\$50 7\$50  
Tempos que Passaram . . . . . 10\$80 12\$00

### MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO

A Calçada da Ajuda.  
Edição vulgar . . . . . 6\$50 7\$50  
Edição especial . . . . . 13\$50 15\$00

### NORBERTO DE ARAÚJO

Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 15, cada 7\$00 8\$00

### JOSÉ PERRY DE SOUSA GOMES

Lisboa — da sua vida e da sua beleza . . . . . 3\$60 4\$00

### J. S. VIEIRA

O Convento dos Marianos . . . . . 4\$00 5\$00

### FRANCISCO CANCIO

Aspectos de Lisboa no século XIX . . . . . 108\$00 120\$00  
Lisboa de outros Séculos — à Sombra dos Paços Reais . . . . . 54\$00 60\$00  
Lisboa de outro século «Cem anos de Pitoresco» . . . . . 63\$00 70\$00

### ALBERTO MEYRELLES

Lisboa Ocidental . . . . . 8\$00 10\$00

### CONDE DE ALMADA

Relação dos Feitos de D. Antão de Almada.  
Edição vulgar . . . . . 10\$80 12\$00  
Edição especial . . . . . 18\$00 20\$00

### ROBERTO DIAS COSTA

A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa 7\$50 8\$50

### ARQUITECTO PAULINO MONTEZ

A Estética de Lisboa . . . . . 18\$00 20\$00  
Lisboa-Alcântara / Alvito . . . . . 13\$50 15\$00

### CORONEL MIGUEL GARCIA

Pátria e Independência . . . . . 3\$00 3\$50  
Fundação da Nacionalidade . . . . . 3\$60 4\$00

### JOÃO PINTO DE CARVALHO (TINOP)

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada 7\$00 8\$50

### JORGE HUGO PIRES DE LIMA

Propriedades de S.ª Cruz de Coimbra em Lisboa no século XII . . . . . 4\$50 5\$00

### JOSÉ CASSIANO NEVES

Jardins e Palácio dos Marquêses da Fronteira . . . . . 18\$00 20\$00

**E todas as edições culturais da Câmara Municipal de Lisboa**



# BERLIM

## A ALEMANHA FALA!

### ACTUALIDADES EM LINGUA PORTUGUESA

HORAS		ESTAÇÕES	ONDAS CURTAS
13.45	Noticiário .....	DZE	24,73 12,130 kc/s
18.45	Noticiário .....	DJD	25,49 11,770 kc/s
20.30	Noticiário .....	{ DIQ	19,63 15,280 kc/s
		{ DZE	24,73 12,130 kc/s
21.30	Noticiário .....	DIQ	19,63 15,280 kc/s
21.45	Noticiário e Conferências	DJC	49,83 6,020 kc/s
		{ DJQ	19,63 15,280 kc/s
22.30	Noticiário .....	{ DZE	24,73 12,130 kc/s
		{ DZC	29,16 10,290 kc/s
		{ DJI	41,15 7,290 kc/s
		{ DXM	48,86 7,570 kc/s
23.45	Noticiário .....	{ DIQ	19,63 15,280 kc/s
		{ DZE	24,73 12,130 kc/s
		{ DZC	29,16 10,290 kc/s
0.00	Noticiário .....	{ DIQ	19,63 15,280 kc/s
		{ DZE	24,73 12,130 kc/s
		{ DZC	29,16 10,290 kc/s
0.15	Conf. Política .....	{ DIQ	19,63 15,280 kc/s
		{ DZE	24,73 12,130 kc/s
		{ DZC	29,16 10,290 kc/s
1.00	Conferência .....	{ DIQ	19,63 15,280 kc/s
		{ DZE	24,73 12,130 kc/s
		{ DZC	29,16 10,290 kc/s
2.15	Noticiário .....	{ DJQ	19,63 15,280 kc/s
		{ DZE	24,73 12,130 kc/s
		{ DZC	29,16 10,290 kc/s

**A EMISSORA ALEMÃ DE ONDAS CURTAS DE BERLIM** oferece aos seus estimados ouvintes portugueses diariamente um programa especial das 21 às 23 horas e em seguida para o Brasil até às 3 horas com as músicas portuguesas e alemãs mais apreciadas.

A emissão «Hora Portuguesa» efectua-se das 14,00 às 15,00 horas em 24,73 m.

# CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161  
TEL. 2 4264 - 65 P. B. X.  
LISBOA



R. Sá da Bandeira, 166  
TEL. 1361 P. B. B.  
PORTO

SECCÕES de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes  
Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças  
Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas  
e Soutiens, Decorador, Estofador, Peles confeccionadas e a retalho, Retrozaria, Luvaria, Perfumaria  
e todos os artigos para homens, senhoras e crianças



*Preços fixos e marcas em todos os artigos*

ON PARLE FRANÇAIS /// ENGLISH SPOKEN



## "ATLAS"

COMPANHIA DE SEGUROS  
SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Sede: RUA DAS PEDRAS NEGRAS, 24-2.º  
LISBOA

Telefone P. B. X. 27127 — Telegramas : SEGURATLAS

Seguros Terrestres, Marítimos,  
Agrícolas  
Automóveis e de Grèves e Tumultos

Aceitam-se agentes, nas localidades onde  
a Companhia ainda os não possua

